NOSSOS SABERES

práticas para transformar o mundo

NOVOS PARADIGMAS
para um outro mundo possível

NOSSOS SABERES

© 2024 by Novos Paradigmas

Entrevistas e textos:
Alex Pegna Hercog
Iury Abreu Tavares Batistta

Projeto gráfico:
Alessandra S. O. Proença

Capa e editoração:
Caio Sertório

Realização:
Abong

Apoio:
Brot für die Welt

Preparação e revisão:
Janaína Uemura

Colaboração editorial:
Patrícia França, Diogo Oliveira
e Jhonatan Souto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nossos Sabereres : práticas para transformar o mundo
/ [organização Abong Associação Brasileira
de ONGs]. — 1. ed. — São Paulo : Abong, 2024.
São Paulo: Abong 2024.

ISBN 978-65-993379-3-2

1. Ciências sociais 2. Economia solidária
3. Feminismo 4. Paradigmas (Ciências sociais)
I. Associação Brasileira de Organizações Não
Governamentais

24-193150 CDD 300

Índices para catálogo sistemático:
1. Ciência Social 300

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

É vedada a reprodução de qualquer parte deste
livro sem a expressa autorização da editora.

Abong
Rua General Jardim, 660, cj. 81.
01223-010 São Paulo – sp
Tel.: 11 3237-2122
www.abong.org.br
e-mail: abong@abong.org.br

NOSSOS SABERES

práticas para transformar o mundo

2023

NOVOS PARADIGMAS
para um outro mundo possível

Abong
DEMOCRACIA, DIREITOS E BENS COMUNS

Brot für die Welt

SUMÁRIO

Apresentação

1 Coletivo de Mulheres Raízes do Sapê: A Recuperação de Nascentes e As Práticas Quilombolas de educação ambiental do Angelim II (ES) 22

2 Instituto Mucambo: Círculo das Marias (PE) 34

3 Quebrada Agroecológica: Cisternas como uma Tecnologia de Resistência (SP) 44

4 Movimento Tapajós Vivo: Escola de Militância Socioambiental Amazônida (PA) 56

5 Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA): Lutheria na Amazônia (AM) 68

6 Associação Centro de Cultura Sabuka Kariri Xocó: Matykay Aiy kerú –caminho Sagrado Kariri-Xocó (AL) 80

7 Instituto Mapinguari e Agricultores/as do Quilombo do Curiaú: Territórios Agroecológicos (AP) 92

8 Instituto Lilar:
Projeto Aldeias (PA) 104

9 Instituto Eccus: Projeto Ares - Agroflorestando
para Reflorestar com Sustentabilidade (PB) 118

10 Associação Ciclo Fraterno:
Sangrando Amor (SE) 130

Apresentação

As lutas sociais no Brasil se reinventam. A segunda edição da cartilha Nossos Saberes: práticas para transformar o mundo traz exemplos impressionantes de iniciativas que se apoiam nos saberes tradicionais, nas tecnologias sociais ou, até mesmo, na nova conjuntura - todas elas com a perspectiva de políticas públicas inclusivas para construir pontes para melhorias sociais em comunidades de diversas regiões do país.

A publicação é uma realização do projeto "Novos Paradigmas: para um outro mundo possível", iniciativa da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e **apoio financeiro da organização alemã Pão Para o Mundo (Brot für die Welt).**

Como a experiência durante a pandemia de COVID-19, do **Coletivo de Mulheres Raízes do Sapê**, que iniciou um projeto de educação ambiental na Comunidade Quilombola Angelim II, no Espírito Santo. Desde 2019, elas vêm construindo uma proposta em parceria com a Associação Quilombola de Produtores de Mudas Nativas e Agricultura Orgânica para a recuperação de nascentes e lagoas da região, concomitantemente a um processo de retomada do território (que foi e continua a ser invadido para exploração de eucalipto e mais recentemente extração de sal-gema).
O enfrentamento tem sido feito por meio de mutirões de reflorestamento, visando tanto a recuperação de áreas degradadas quanto a ampliação da produção de ervas medicinais e alimentos. As nascentes foram mapeadas e homenageadas com o nome das pessoas mais velhas.
A primeira lagoa surgida foi batizada de Yaya Luzia, nome de uma das matriarcas da comunidade e vítima fatal de câncer – e cujo adoecimento é atribuído pelos moradores ao alto uso de agrotóxicos empregado nas monoculturas da região e a contaminação dos rios pelas indústrias.

Também iniciado na pandemia, pelo **Instituto Mucambo**, o **Círculo das Marias** promove encontros regados à literatura para discutir temas relacionados

aos livros e à vida das mulheres. Os temas passam pelo universo feminino, mas também percorrem o debate racial, a violência doméstica, o mercado de trabalho, a solidão e a realidade das pessoas que participam da iniciativa. Duas vezes por semana, o Instituto Mucambo promove essas rodas de leitura, sendo um dos encontros realizado com outras organizações e profissionais da educação, e outro com moradores da Vila Manchete, em Olinda (PE). Os círculos de conversa têm reunido mulheres de todas as idades, usualmente acompanhadas por suas crianças. O acesso à leitura e à literatura, que inicialmente motivou a criação do projeto e do próprio instituto, tem se revelado uma porta de entrada para o diálogo com comunidades e famílias vulnerabilizadas e, a partir dessa relação construída, reverberado em outras ações e iniciativas. Outro objetivo é viabilizar geração de renda e autonomia financeira às mulheres.

Um grupo de jovens militantes do **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)** organizados no setor de hortas e na Juventude Fogo No Pavio, decidiu apresentar um projeto para uma chamada pública, prevendo a construção de cisternas nas ocupações. Batizado de Quebrada Agroecológica, o coletivo começou a atuar na construção das tecnologias sociais em 2022, antes da retomada do projeto de Cisternas do Governo

Federal no Semiárido. A iniciativa do MTST foi premiada durante a Conferência do Clima da ONU realizada em 2022 no Egito (COP27) -, numa disputa com mais de 90 concorrentes de 45 países, sendo o primeiro grupo brasileiro a vencer o Desafio Climático para as Juventudes. Além da projeção nacional e internacional, o prêmio viabilizou a ampliação das instalações das cisternas. O Quebrada Agroecológica já instalou 45 cisternas em ocupações de dez municípios dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, do Distrito Federal, além de São Paulo, que concentra a maior parte das instalações.

Fruto de um processo de acúmulo das lutas em defesa do Tapajós e da Amazônia, a **Escola de Militância Socioambiental Amazônida** prevê uma formação multidisciplinar e cíclica. Por meio de encontros em espaços acessíveis à população, a escola reúne cerca de 30 pessoas em cada etapa. Um dos desafios é garantir a presença dos e das estudantes de forma contínua, por entender que as questões não se encerram em módulos isolados, e que, por isso, é necessária a participação em todo o ciclo de formação. Durante um semestre, são trabalhados três módulos. O primeiro, debate questões sociopolíticas, como economia e política na Amazônia e na bacia do Tapajós. No segundo módulo, [a mobilização

e a agitação política são trabalhadas. Finalmente, no terceiro eixo, são construídas estratégias de comunicação popular para atuação junto aos territórios. Cada atividade traz discussões a partir da realidade da região, incluindo o próprio conhecimento sobre a geografia do Tapajós e sua biodiversidade. Atrelado a isso está o debate sobre o histórico de luta e de mobilização em defesa do território. Os encontros também contribuem para fortalecer o Movimento Tapajós Vivo, organizações que atuam na bacia hídrica e incentivar a participação de novas lideranças.

Fruto das paixões do luthier e ambientalista Rubens Gomes (Rubão), na **Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)** todos os cursos oferecidos são inteiramente gratuitos e oferecidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. No caso dos cursos oferecidos a crianças e adolescentes, é exigido que estejam devidamente matriculados em uma escola e que apresentem boletins de frequência e de notas. Além disso, todos os alunos praticam refeições na OELA e tanto eles quanto suas famílias possuem acompanhamento psicológico e socioassistencial. Por todos esses benefícios, os cursos oferecidos são bastante disputados pelas famílias de baixa renda da região - há inclusive alunos de outras regiões de Manaus que cruzam

a cidade para frequentar os cursos oferecidos.
Em função dos bons resultados, nos últimos anos, houve o surgimento de um novo público: os adultos, que passaram a buscar os cursos ofertados, especialmente aqueles de formação, qualificação e capacitação técnica. Ao longo de 25 anos de existência, o curso básico profissionalizante de lutheria da OELA formou mais de 15 mil pessoas. A formação possui duração média de 12 meses e, ao final dela, cada aluno deve confeccionar um instrumento de cordas como trabalho de conclusão. Os instrumentos produzidos são reaproveitados e utilizados nas aulas de música voltadas para crianças.

Como o sangue correndo nas veias, o Opará (rio-mar) é sinônimo de vida, de ciência e espiritualidade, que conecta antepassados com as pessoas do presente e das futuras gerações. Nessa perspectiva, a luta da **Associação Centro de Cultura Sabuka Kariri-Xocó: Matykay aiy kerú – Caminho Sagrado Kariri-Xocó** para manter o Rio São Francisco vivo passa pela memória, pela cultura e pela identidade de seu povo. “Um pé no passado e outro no presente”, esse é o espírito do Caminho Sagrado, perene e contínuo como o rio, que perpassa o uso dos conhecimentos medicinais a partir da mata, além da valorização do trabalho na terra indígena. O projeto também busca ampliar a produção de plantas nativas

usadas na alimentação e nos cuidados com a saúde. A ideia é, também, de valorizar iniciativas para fortalecer essa identidade e manter vivas as terras, pessoas, bichos, matas, ar e o Opará. Uma diversidade de elementos, mas que, conforme a sabedoria Kariri-Xocó, representa um só corpo.

O Quilombo do Curiaú viu a urbanização chegar ao território e hoje cerca de 600 famílias se veem cercadas por empreendimentos imobiliários e por um cinturão de monocultura de soja produzido pelo agronegócio. Esse contexto fez com que o **Instituto Mapinguari** se unisse às comunidades quilombolas para desenvolver o projeto Territórios Agroecológicos, inicialmente com o objetivo de trabalhar a prática agrícola junto às populações e ainda incidir politicamente para retomar a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade do Amapá. Em terrenos onde só se plantava macaxeira, agora também há pés de açaí, cupuaçu, tucumã, hortaliças, maxixe, batata-doce, mamão, melancia, entre outros. Consequentemente, a alimentação tornou-se mais saudável. A produção, voltada para subsistência, já começa a ter excedentes e sua comercialização tem complementado a renda das famílias da comunidade. Os frutos colhidos da relação entre o Mapinguari e o quilombo do Curiaú são motivos para sonharem mais alto.

O **Instituto Lilar** e o projeto Aldeias surgiram no vácuo de histórias de dor e injustiças - de ordem pessoal e coletiva - ocorridas na última década no Brasil. De um lado, a catástrofe humanitária e ambiental provocada pela instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no curso do Rio Xingu, próximo à cidade de Altamira; de outro, a pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus, e a gestão errática e genocida do governo do ex-presidente do país. Em 2019, a partir do sonho de "reflorestar" a vida de crianças e jovens, restabelecendo o vínculo com a floresta, com os rios, bichos e igarapés, bem como com seus ancestrais, surge o projeto Aldeias. Embora inserido no coração da floresta amazônica, havia um descompasso em relação ao meio, uma vez que a vida levada no Santa Benedita pouco se diferenciava do que acontecia nas periferias dos centros urbanos de outras partes do país. As atividades realizadas por meio do projeto carregam consigo a importância de trabalhar com crianças e jovens a noção da identidade amazônida como forma de valorização de si e do território em que se está inserido - desenvolvendo, a partir dessa ponte, uma cartografia afetiva que possibilita processos de reterritorialização, cuidado e acolhimento dessa juventude.

Na Paraíba, o **Instituto ECCUS** realiza consultorias, assessorias sobre sustentabilidade, e coordena um projeto

de segurança hídrica na comunidade do Quilombo Senhor do Bonfim, em Areia. Dentre as atividades e ações desenvolvidas, se destaca o Projeto ARES (Agroflorestando para Reflorestar com Sustentabilidade), que surgiu em 2021 a partir da parceria com a Associação Centro Rural de Formação (ACRF) - organização com trabalho de formação e educação ambiental da região da Várzea Paraibana, com sede no município de Cruz do Espírito Santo. O ARES conta com recursos oriundos de uma instituição financeira que proporcionou investimentos, via edital, para projetos que tivessem como objetivo o sequestro de carbono a partir da recomposição florestal. O projeto busca a implementação de um viveiro de mudas, a capacitação de produtores e produtoras rurais em "viveiragem", e a implementação de sistemas agroflorestais (SAF) para garantir a diversificação da produção. As ações sempre têm atenção às particularidades de cada propriedade familiar produtiva. Por meio dessas atividades de recomposição florestal e ampliação de espécies, a iniciativa irá criar pequenas florestas que auxiliem na realização do sequestro de carbono da atmosfera.

A **Associação Ciclo Fraterno** surgiu em 2021, depois do veto pelo ex-presidente a um projeto de lei que previa distribuição de absorventes para estudantes de baixa

renda, mulheres recolhidas em unidades do sistema prisional e pessoas em situação de rua.

O projeto Sangrando Amor tem uma equipe composta por 15 pessoas, que atuam voluntariamente e são profissionais de diferentes campos do saber.
A distribuição de absorventes é apenas a ponta do iceberg do projeto, visto que há um conjunto de atividades que envolve aspectos da educação menstrual - a exemplo da importância de cada mulher (e demais pessoas que menstruam) conhecer seu ciclo menstrual, a média do fluxo de sangramento considerada saudável e as doenças atreladas ao útero, como a endometriose. Em março de 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual, prevendo a distribuição gratuita, via Sistema Único de Saúde (SUS), de absorventes para pessoas menstruantes em situação de vulnerabilidade. Por conta desta nova política pública, a Associação Ciclo Fraterno se reinventa e, a partir de então, busca o acompanhamento e fiscalização para ser efetivado o direito das mulheres. Dessa forma, para além do projeto de educação menstrual Sangrando Amor, a associação vem se articulando para incidir em outras frentes de trabalho - como no levantamento de dados sobre a pobreza menstrual no estado de Sergipe e por meio de *advocacy* (instrumento

de influência na formação de políticas públicas e alocação de recursos), identificando e monitorando as políticas de saúde menstrual que estão sendo discutidas e desenvolvidas em níveis municipal e estadual. Em um esforço que aponta nessa direção, a associação elaborou um guia de saúde menstrual com base nas dúvidas mais frequentes levantadas pelas alunas e alunos durante a realização das palestras do projeto Sangrando Amor nas escolas.

Desde 2014, por meio das diversas atividades realizadas no projeto (novosparadigmas.org.br), temos denunciado o modelo exploratório e globalizado dominante na sociedade (que vem destruindo nosso planeta e a vida dos povos) e, principalmente, apresentado saídas baseadas na realidade de comunidades espalhadas pelo território nacional.

Nesta cartilha, reunimos experiências concretas de territórios e grupos muito diversos, mas que têm os saberes tradicionais, o respeito, a pluralidade e sobretudo a força e o desejo de construir um novo mundo possível. **Desejamos que a leitura traga inspiração e fomente mudanças!**

Carlos Magno -
Diretor Executivo da Abong

l

Coletivo de Mulheres Raízes do Sapê: A Recuperação de Nascentes e as Práticas Quilombolas de Educação Ambiental do Angelim II (ES)

Segundo a última pesquisa Censo Demográfico 2022 - Quilombolas, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Espírito Santo possui uma população quilombola de mais de 15 mil pessoas[1]. O município mais povoado é Conceição da Barra, onde cerca de 15% dos habitantes se declara quilombola. A mesma pesquisa também aponta que boa parte dessa população reside fora de seus territórios.

Ainda segundo o IBGE[2], apenas 17% dos quilombolas do estado capixaba vivem em uma das onze áreas reconhecidas oficialmente como território quilombola. Por trás desses números está uma história marcada pelo conluio entre empresas e servidores durante a ditadura militar para assediar e expulsar quilombolas de suas terras ao longo das últimas décadas, além de revelar

1 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 - Quilombolas: Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024

2 Ibid.

a morosidade do poder público no processo de titulação dos quilombos.

A comunidade do Angelim II, que compõe o território do Sapê do Norte, localizada em Conceição da Barra, é um exemplo de área quilombola que, apesar de ter sido reconhecida pela Fundação Palmares em 2005, desde 2016 aguarda o processo de titulação aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Moradores locais contam que, durante a década de 1970, no auge da política desenvolvimentista da ditadura militar, diversas empresas ligadas ao monocultivo de eucalipto negociaram terras ilegalmente, ameaçaram e expulsaram moradores quilombolas de suas propriedades.

Um dos resultados dessa invasão foi a dispersão de quilombolas para outras áreas e o convívio com os impactos ao meio ambiente causados por empresas - uma delas, a Aracruz Celulose, chegou a ser a maior produtora de celulose do mundo, abastecendo um quarto do mercado mundial. Nas últimas décadas, outras empresas também passaram pela região, sempre com a mesma prática predatória, impactando as comunidades próximas, a exemplo da Angelim II, que atualmente conta com 42 famílias residentes no quilombo.

“É um desafio estar aqui”, afirma Flávia dos Santos, liderança quilombola e integrante do Coletivo de Mulheres Raízes do Sapê. Ela conta que a partir da invasão do monocultivo de eucalipto no território, são constantes as ameaças e o assédio aos moradores e lideranças. Mais recentemente, outra notícia despertou a preocupação da comunidade: a tentativa de extração de sal-gema na região próxima à Conceição da Barra e em áreas quilombolas. Considerada a maior jazida de sal-gema da América Latina, a extração tem sido o objetivo de empresários e políticos que vêm discutindo seu plano de exploração. O discurso “desenvolvimentista” de quem defende o projeto de extração já é bem conhecido por quilombolas da região, que nas últimas décadas acompanharam o resultado do chamado “desenvolvimento” prometido pelas grandes empresas e seus representantes políticos.

“O agronegócio não está nem aí, não está preocupado com as questões ambientais”, destaca Flávia. Ela lembra o processo de degradação do rio Angelim, que dá nome à comunidade e passa por três territórios quilombolas. “Ele foi assoreado para o monocultivo de cana e eucalipto e completamente poluído com os agrotóxicos”, complementa. De acordo com a liderança quilombola, os venenos usados nas fazendas do

“

Antes tinha peixe, a água era potável e atendia ao uso doméstico. Atualmente está completamente poluído e vem enfrentando secas. Hoje o rio só serve para ver e tirar foto.

agronegócio eram lançados por meio de um avião e, atualmente, de drones, contaminando casas, hortas e as águas. “Antes tinha peixe, a água era potável e atendia ao uso doméstico. Atualmente está completamente poluído e vem enfrentando secas. Hoje o rio só serve para ver e tirar foto”, lamenta Flávia.

Enquanto presencia a destruição ambiental promovida pela exploração empresarial predatória na região, os moradores e moradoras do Angelim II dependem da natureza, fonte de sobrevivência e construção de memória e ancestralidade. “A gente depende da mata, do extrativismo de cipó, do dendê, artesanato”, afirma Flávia. Foi nesse contexto que, em 2020, o Coletivo de Mulheres Raízes do Sapé, em parceria com a Associação Quilombola de Produtores de Mudas Nativas e Agricultura Orgânica, deu início a um projeto que tem como propósito “a recuperação de nascentes e as práticas quilombolas de educação ambiental do Angelim II”.

O grupo formado pelas mulheres da comunidade surgiu durante a pandemia, em um momento desafiador para a educação das crianças. Desde 2019, a entidade vem construindo uma proposta para a recuperação de nascentes e lagoas da região, concomitantemente a um processo de retomada do território, “tirando eucalipto e plantando comida”.

Comunidade Quilombola
Angelim II

Fonte: Acervo da Associação

Por meio de mutirões promovidos por moradores e moradoras, em parceria com universidades e organizações sociais, diversas ações de reflorestamento têm sido realizadas, visando tanto a recuperação de áreas degradadas quanto a ampliação da produção de ervas medicinais e alimentos. Além disso, as nascentes foram mapeadas e homenageadas com o nome das pessoas mais velhas. A primeira lagoa foi batizada de Yaya Luzia, nome de uma das matriarcas da comunidade e vítima fatal de câncer — e cujo adoecimento é atribuído pelos moradores ao alto uso de agrotóxicos empregado nos monocultivos de eucaliptos e cana-de-açúcar e a contaminação dos rios pelas fábricas da região.

A ideia de homenagear as águas que irrigam o Angelim II com o nome de antepassados converge com a crucialidade do fortalecimento cultural e da valorização da identidade quilombola como elementos de luta para a preservação do território. Outro exemplo vem da plantação, que substitui a monocultura imposta na região por “mudas que reforçam a nossa identidade”, destaca Flávia. Banana, aroeira, murici, embaúba, frutas e plantas nativas têm sido produzidas, utilizando os conhecimentos científico e popular para melhor cuidar da terra e ampliar a produção.

Em pouco tempo, a comunidade percebeu o aumento da produtividade, especialmente de banana e urucum. Além de abastecer a própria população, os alimentos passaram a ser, em parte, comercializados e também fornecidos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que vem garantindo o aumento da renda das famílias. A diversificação da produção em bases agroecológicas, com vistas à segurança e autonomia alimentar e criando mecanismos de comercialização dos produtos em mercados locais e regionais, é um dos objetivos do projeto.

A iniciativa também busca recuperar, conservar e preservar o meio ambiente e reconstruir o trabalho em suas tradicionais lavouras de mandioca e nas farinheiras. “Tem um grande desafio que é lutar pela terra”, destaca Flávia, afirmando a relevância da titulação para viabilizar direitos básicos ausentes na comunidade, como o acesso à energia, à água e à educação.

Dessa forma, todas as práticas no território e as mobilizações em sua defesa são acompanhadas por um processo formativo que visa reconhecer criticamente todo o contexto que atinge as populações quilombolas. “A gente faz formação, produz relatórios e denúncias, as quais são encaminhadas aos órgãos públicos. Mas as coisas não acontecem. Por quê? Racismo Ambiental!”,

“

A gente faz formação, produz relatórios e denúncias que são encaminhadas aos órgãos públicos. Mas as coisas não acontecem. Por que? Racismo Ambiental!

afirma Flávia, que reforça o componente racial como chave para explicar a situação de negligência e violência que atinge as terras quilombolas e a quem nelas vivem.

De acordo com o Coletivo de Mulheres Raízes do Sapê, “as atuais gerações terão de percorrer um longo caminho de transição” para superar os desafios enfrentados pelas populações quilombolas do Sapê do Norte. Dentre eles, é possível destacar a recuperação do solo desgastado pelo monocultivo e contaminado pelos agrotóxicos usados pelas empresas, além da recomposição da Mata Atlântica e de bacias hidrográficas que foram cobertas pelo eucalipto.

Para tanto, o coletivo compreende como fundamental a promoção da educação ambiental na comunidade, o conhecimento sobre o racismo ambiental que afeta a região. Segundo Flávia dos Santos, o trabalho de recuperação que vem sendo desenvolvido no território é gratificante, especialmente pela possibilidade de uma produção agroecológica que garante alimentação saudável para as crianças. Aliando a disputa pela titulação do território e ações práticas que preservam a existência e a memória dos seres que formam o quilombo, a população do Angelim II e das comunidades do Sapê do Norte seguem devolvendo vida a uma região cujo modelo econômico colonialista vem tentando destruir há séculos.

→

Atividade realizada na comunidade do Angelim II no território

Fonte: Acervo da Associação

Sapê do Norte | Espírito Santo | Brasil
E-mail: bibliotecaquilombola@gmail.com

Instagram: @bibliotecaquilombola
YouTube: @RaizesDoSape
Spotify: @RaizesDoSape

2

Instituto Mucambo: Círculo das Marias (PE)

Durante a pandemia, um grupo de educadores e educadoras passaram a se reunir virtualmente em torno de um projeto de leitura e literatura. A partir desses encontros, tomaram a decisão de se formalizar, com o objetivo de ampliar as ações. Assim, em 2 de fevereiro de 2022, foi fundado o Instituto Mucambo. A organização nasce em Olinda, Pernambuco, e, com ela, surge o projeto Círculo das Marias, cuja proposta é promover leituras e discussões sobre o universo feminino, além de oferecer acolhimento socioemocional a mulheres e promover o autocuidado.

Os trabalhos, iniciados em 2021, eram limitados à "bolha", como destaca Rebeca Simões, pedagoga, professora da rede municipal e gestora do Mucambo. Porém, as consequências da pandemia que vitimou mais de 700 mil pessoas no Brasil e empurrou parte

da população para a extrema pobreza, fez com que o Círculo das Marias fosse revisto e medidas emergenciais adotadas. Em Pernambuco, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)[3], metade da população está na linha de pobreza e 1,8 milhão de pessoas se encontram em situação de extrema pobreza. Assim, o grupo ampliou suas ações, e passou a arrecadar alimentos, distribuição a pessoas em situação de insegurança alimentar.

A aproximação a comunidades e pessoas vulnerabilizadas e de baixa alfabetização fez com que, em 2022, o Instituto "saísse da bolha". Assim começou uma parceria com moradores e moradoras da comunidade olindense de Ouro Preto, em especial com as famílias que vivem na ocupação Vila Manchete. O terreno onde está localizada a torre da extinta TV Manchete, foi ocupado por diversas famílias em busca de moradia e, atualmente, cerca de 80 delas residem no local.

O território, além de não estar contemplado por políticas públicas de habitação, também é afetado pela ausência de saneamento básico, de vagas em creches e de áreas de lazer para as crianças. Essa realidade também desafiou os educadores e educadoras do projeto, que buscaram adaptar suas práticas e metodologias para dialogar com os moradores e, sobretudo, moradoras da

3 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 05 fev. 2024

ocupação. Ao falar a respeito da parceria, Rebeca afirma que se surpreendeu com a receptividade, “elas também têm vontade de falar dos seus problemas, sobretudo relacionados à maternidade”, afirma.

Tendo a literatura como elemento norteador, o Círculo das Marias promove encontros para discutir temas relacionados aos livros e textos apresentados. Seu conteúdo abarca questões do universo feminino, mas também perpassam o debate racial, a violência doméstica, o mercado de trabalho, a solidão e outros temas ligados à realidade das pessoas que participam do projeto. Duas vezes por semana, o Instituto Mucambo promove essas rodas de leitura, sendo um dos encontros realizado com outras organizações e profissionais da educação, e outro na ocupação com mulheres acampadas.

Os círculos de conversa na ocupação Vila Manchete têm reunido mulheres de todas as idades, usualmente acompanhadas por suas crianças. Rebeca destaca uma das conversas sobre maternidade, a partir da leitura do poema “Eu-Mulher” da escritora Conceição Evaristo, que instigou as mulheres a discutir a evasão escolar de adolescentes grávidas, algo recorrente nas escolas públicas.

Com a promoção da leitura, as mulheres se sentem à vontade para pensar o texto apresentado a partir de suas realidades e cultura. Rebeca destaca a importância do cuidado ao dialogar sobre determinadas questões, considerando que muitas dessas mulheres são atravessadas pelos valores da branquitude e do machismo. Assim, debates sobre LGBTQIAPN+fobia, por exemplo, são conduzidos sem exposições ou julgamentos. A questão religiosa também é tratada com respeito, diante de um grupo que reúne adeptas de igrejas cristãs e de religiões de matriz africana.

Para Rebeca, o Círculo das Marias cumpre um papel que tem sido negado pelas escolas e que muitas vezes é assumido pelo terceiro setor: “O sistema educacional é excludente. Não quer aceitar a situação de pobreza em que as pessoas vivem. É um universo paralelo”, destaca. Ela afirma que muitos estudantes estão voltando às escolas apenas para se alimentar e que o ambiente escolar muitas vezes cobra dos jovens aquilo que eles não podem dar, aumentando essa rejeição.

Assim, o trabalho do Instituto Mucambo aposta na sensibilidade do diálogo e da construção coletiva para promover um ambiente que faça sentido e seja interessante para as mulheres que participam do Círculo das Marias. Além disso, essa experiência também tem

sido um aprendizado para os educadores e educadoras do Mucambo, como pontua Rebeca: “Ter contato com essas comunidades me fez rever a forma de atuar na escola e dialogar com as famílias, de buscar uma horizontalidade na relação, uma troca”.

Confiante de que a educação pode alterar o rumo da vida das pessoas, o Mucambo acredita que o trabalho que vem sendo desenvolvido permite impactar não apenas o presente das pessoas, mas também as futuras gerações, seus filhos e descendentes. Rebeca cita uma pesquisa divulgada pelo jornal Nexo apontando que os filhos tendem a alcançar um estágio educacional um pouco melhor que seus pais: “Se os pais foram analfabetos, a tendência é que os filhos ao menos se alfabetizem. Se estudaram até o ensino fundamental, os filhos tendem a chegar ao ensino médio. Se os pais concluíram o ensino médio, a tendência é que os filhos consigam ingressar na faculdade”, afirma a educadora.

Ao apresentar essa pesquisa durante um encontro do Círculo das Marias, Rebeca conta que algumas mães pediram para ser alfabetizadas, com a esperança de que seus filhos alcançassem a universidade. A professora ressalta os desafios desse contexto, já que muitas mães possuem a autoestima muito baixa: “Na cabeça delas, elas não têm nada a acrescentar aos filhos. Se a escola chama,

elas pensam ‘vou lá fazer o quê? Se eu sou analfabeta, vou ajudar em quê?’”.

Ademais, a educadora afirma que o afeto, sobretudo na primeira infância, é um grande diferencial na formação das crianças. Por isso, a valorização das mães e as possibilidades de contribuição com a educação de seus filhos e filhas, também são consideradas nas rodas de conversa.

O Instituto Mucambo conta hoje com algumas parcerias pontuais e com o trabalho voluntário de seus membros. Apesar da pequena estrutura, a organização sonha alto. Adicionalmente à continuidade do Círculo das Marias, o projeto pretende ampliar o diálogo com as escolas e também viabilizar o acesso das crianças aos equipamentos culturais da cidade, como teatros e museus. A construção de um parquinho para atender os moradores da comunidade de Ouro Preto também é um desejo.

Além disso, o trabalho capitaneado pela literatura já resultou em outras ações. Uma delas foi o mutirão de limpeza, que transformou a ocupação da Vila Manchete a partir da remoção de entulhos e da manutenção de um ambiente mais limpo. Em uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi construída uma horta comunitária que, em agosto de

“

Se os pais foram analfabetos, a tendência é que os filhos ao menos se alfabetizem. Se estudaram até o ensino fundamental, os filhos tendem a chegar ao ensino médio. Se os pais concluíram o ensino médio, a tendência é que os filhos consigam ingressar na faculdade.

2023, rendeu a primeira colheita. De acordo com Rebeca, as mulheres trabalharam em coletivo, conseguiram se organizar e revezar para cuidar da horta diariamente e isso foi muito importante para reduzir as diferenças entre elas e criar uma aproximação. “Por isso essa ação é muito simbólica, porque não foi só uma colheita, mas todo um processo construído”, destaca a gestora do Mucambo.

A busca por geração de renda e pela autonomia financeira das mulheres também é um dos objetivos do projeto. O acesso à leitura e à literatura, que inicialmente motivou a criação do projeto e do próprio instituto, tem se revelado uma porta de entrada para o diálogo com comunidades e famílias vulnerabilizadas e, a partir dessa relação construída, reverberado em outras ações e iniciativas. Assim, parcerias com a Rede Gerando Falcões, Projeto Ramá, EntreLuz, projeto Mãos Solidárias e Rede Atados ampliaram as ações junto às moradoras da Vila Manchete. Também foram promovidos bazares, além da realização do Cine Mucambo, com exibição de filmes.

O Mucambo pretende, adicionalmente, estruturar sua política de voluntariado e agregar profissionais de outras áreas, para além da pedagogia, como da psicologia e da assistência social. Apesar de destacar a importância do terceiro setor para a promoção de ações para a educação, Rebeca afirma que é fundamental exigir políticas públicas para ao menos mitigar os diversos problemas que atingem as populações mais empobrecidas. Diante desse contexto, o Círculo das Marias vem contribuindo para preencher a lacuna deixada pelo Estado e inspirar mudanças na vida das famílias e de suas futuras gerações.

Colheita realizada no Instituto Mucambo

Fonte: Acervo do Instituto

Instituto Mucambo
Olinda | Pernambuco | Brasil

E-mail: contato@mucamboinstituto.org
Site: http://mucamboinstituto.org
Instagram: @mucamboinstituto

3

Quebrada Agroecológica: Cisternas como uma Tecnologia de Resistência (SP)

Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos e quanto a Constituição brasileira afirmam o direito à moradia digna. Contudo, no Brasil, esse direito é negado a pelo menos 5,8 milhões de famílias, podendo atingir mais de 10% da população[4]. Enquanto isso, o país possui 11 milhões de domicílios vazios (abandonados, esperando demolição, à venda ou disponíveis para alugar). Somente no estado de São Paulo, estão concentrados 12% dos domicílios vazios do país e, na sua capital, são 588 mil imóveis[5].

Diante desse contexto, diversos movimentos pelo direito à moradia foram se organizando nas últimas décadas, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), fundado em 1997 e com atuação em todo o país, especialmente na região metropolitana da Grande São Paulo. Uma das estratégias de luta do MTST

4 De acordo com o Relatório de Impacto TETO Brasil 2021. O estudo também aponta que 100 milhões de brasileiros e brasileiras não possuem acesso à coleta de esgoto e 5,5 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada no país.

5 Os dados são do Censo 2020, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).

é a ocupação de terrenos e imóveis abandonados, grilados ou com dívidas impagáveis. Um dos lemas do Movimento é “enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”.

As ocupações, além de propiciar uma moradia temporária para as famílias, também são uma forma de pressionar o poder público a avançar em programas de habitação e a solucionar situações, como a desapropriação de terrenos e prédios que possuem dívidas públicas maiores que seu próprio valor. Enquanto alguns imóveis passam décadas abandonados, esperando uma solução do poder público, milhares de famílias sem um teto ou que vivem no dilema de decidir entre comprar comida ou pagar o aluguel, não podem esperar. Assim, as ocupações são uma das poucas alternativas para garantir um direito negado pelo Estado.

Um exemplo que traduz esse cenário de luta por moradia vem de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. No bairro do Jardim São João, um terreno com cerca de 200 mil metros quadrados estava abandonado há mais de 70 anos, acumulando aproximadamente R$ 7 milhões em dívidas de IPTU. Foi nessa área que, em 2021, o MTST promoveu uma ocupação: nascia a ocupação Maria da Penha.

Existem mais de mil famílias cadastradas na ocupação, que passaram a viver no terreno, abrigadas por barracos de lona e madeirite improvisados. Além da habitação, a área ocupada também passou a cumprir uma função social, dadas as ações coletivas promovidas pela Maria da Penha. Destaca-se a construção de uma horta agroecológica, comum nas ocupações do Movimento e que contribui para a mobilização dos ativistas, o lazer das pessoas e, sobretudo, para a produção de alimentos orgânicos e ervas medicinais.

Coordenada pelos próprios moradores e moradoras da ocupação, a horta produz frutos, verduras e hortaliças que abastecem as famílias e são distribuídas para as cozinhas solidárias promovidas pelo MTST em Guarulhos. Como destaca o Movimento, a luta por moradia não é isolada e está associada à luta por outras garantias constitucionais, como educação, saúde, saneamento básico, mobilidade, enfim, o direito à cidade e a uma vida digna.

Destaca-se uma demanda fundamental no cotidiano das ocupações, necessária para a produção e consumo de alimentos, higiene, saúde, bem-estar e a própria sobrevivência: o acesso à água. De acordo com o Movimento, as ocupações abrigam uma grande diversidade de pessoas: são trabalhadores e trabalhadoras

formais e informais, aposentados e aposentadas, estudantes, adultos à procura de emprego, crianças, idosos, etc., cada indivíduo com suas próprias história, dinâmicas e necessidades. São Mariângelas, Valdices, Edsons que saem cedo e retornam do trabalho à noite, desejando um banho, após duras jornadas no transporte público e no serviço doméstico, na coleta de material reciclado, na construção civil, entre outras atividades. Também existem famílias que passam mais tempo na ocupação, onde preparam suas refeições ao longo do dia. A própria horta comunitária precisa ser regada. Ou seja, a água, indispensável para a vida em qualquer lugar do planeta, é fundamental para a dinâmica cotidiana das ocupações. No entanto, com a negação do direito à moradia e a ausência de políticas públicas, o acesso a esse bem também é desafiador.

Atento a essa demanda, um grupo de jovens militantes do MTST, organizados dentro do Movimento no setor de hortas e no coletivo de juventude Fogo No Pavio, resolveu apresentar um projeto para uma chamada pública, prevendo a construção de cisternas nas ocupações. Batizado de “Quebrada Agroecológica”, o coletivo se formou em 2021, constituído para buscar financiamento para as hortas comunitárias - mas, foi em 2022, com o projeto “Cisternas como uma tecnologia de resistência”

aprovado por um edital, que possibilitou o grupo a implementar suas ações.

A primeira experiência do coletivo foi justamente na Maria da Penha. “A ocupação ficava três, quatro dias sem água. As pessoas precisavam de água para beber, mas, ao mesmo tempo, apanhavam da chuva que sempre alagava o terreno”, destaca Vinícius dos Santos, um dos coordenadores do projeto, ao explicar a ideia de construção das cisternas - uma alternativa simples, mas não tão óbvia. O próprio Vinícius lembra que não dominava a técnica: “eu não sabia fazer nada, aprendi durante o processo”.

Essa troca de saberes contou com o trabalho das demais pessoas envolvidas no projeto: Larissa Napoli, Jéssica de Morais, Luiza Wainer, Giovanna Giovacchini e Luis Borges. O conhecimento construído coletivamente foi compartilhado a partir de um vídeo tutorial e de uma cartilha produzida e distribuída nas ocupações, que também foi disponibilizada gratuitamente nas redes sociais do grupo. A transferência da técnica e sua possibilidade de multiplicação é um dos objetivos do projeto.

Conforme é explicado na cartilha, “cisternas são recipientes que nos permitem captar e armazenar água da chuva para posterior reuso em algumas atividades domésticas ou rurais”. O primeiro passo para sua

“

A ocupação ficava três, quatro dias sem água. As pessoas precisavam de água para beber, mas ao mesmo tempo apanhavam da chuva que sempre alagava o terreno.

instalação é a escolha do local, tendo em vista a proximidade a um “sistema captador da chuva”, que muitas vezes é o próprio telhado, por onde a água da chuva irá escorrer e cair na caixa d´água. Com tubos de PVC, telas metálicas, algumas peças e um pouco de habilidade, as cisternas são instaladas.

De acordo com o coletivo, essa iniciativa busca “democratizar o acesso à água e também ao conhecimento de uma tecnologia sustentável que, na prática, se torna uma tecnologia de resistência à cidadania negada”. Atualmente, o Quebrada Agroecológica instalou 45 cisternas em ocupações de dez municípios dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, do Distrito Federal, além de São Paulo, que concentra a maior parte das instalações.

“

Democratizar o acesso à água e também ao conhecimento de uma tecnologia sustentável que, na prática, se torna uma tecnologia de resistência à cidadania negada.

O processo de implementação das cisternas é feito em permanente diálogo com as famílias das ocupações, que também se tornam responsáveis por sua instalação e manutenção. No início das atividades são realizadas rodas de conversas em que é debatida a importância desse equipamento e a economia proporcionada por ele. Esse diálogo também leva a outras questões, como “qual cidade a gente quer?”, refletindo sobre o direito à cidade, direitos sociais e políticas públicas.

O processo de formação técnica também é construído coletivamente. A estrutura física do espaço, as demandas

da comunidade e os conhecimentos das pessoas envolvidas são considerados, o que faz com que, em cada ocupação, tenha adaptações para atender às suas especificidades. Em alguns espaços, os equipamentos são instalados contando com as alternativas, técnicas e o jeito de fazer dos moradores e moradoras participantes.

Normalmente, as cisternas são instaladas próximas às hortas comunitárias. Seu uso tem aumentado a produtividade e garantido a ampliação do abastecimento das Cozinhas Solidárias , que utilizam os alimentos colhidos. A horta também cumpre um papel social nas ocupações, sendo uma área de convivência e de "terapia". Além disso, a maior autonomia de água vem melhorando a relação com a vizinhança – eventualmente, os moradores das ocupações recorriam aos vizinhos para pedir água e eram tratados com certo desdém. O acesso à água proporcionado pelas cisternas reduziu essa dependência e tornou a relação mais amistosa.

Ainda assim, o projeto já foi alvo de ofensas por um grupo político com histórico de ataques aos movimentos sociais. Em vídeos publicados nas redes sociais, o grupo debocha das cisternas, julgando-as atrasadas e ineficientes. "É uma tecnologia! É uma inovação? Na ocupação, sim. Ela cumpre essa proposta de garantir um direito. É uma tecnologia de resistência", ressalta

6 As Cozinhas Solidárias foram criadas durante o contexto da pandemia pelo MTST com o propósito de ajudar a combater a fome. Este projeto distribui almoços todos os dias gratuitamente para as famílias das periferias dos centros urbanos do país. MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Cozinha Solidária MTST, 2024. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 05 fev. 2024

“

É uma tecnologia!
É uma inovação?
Na ocupação, sim.
Ela cumpre essa proposta de garantir um direito.
É uma tecnologia de resistência.

Vinícius. O integrante do Quebrada Agroecológica reforça que o projeto não compreende a água apenas como um bem para consumo, mas, sobretudo, como um direito.

As melhorias nas ocupações, proporcionadas após a instalação das cisternas, têm conquistado o reconhecimento dos moradores e das moradoras locais, além de organismos estrangeiros. O projeto foi premiado durante a COP27 – Conferência do Clima da ONU realizada em 2022 no Egito -, numa disputa com mais de 90 concorrentes de 45 países, sendo o primeiro grupo brasileiro a vencer o Desafio Climático para as Juventudes. Além da projeção nacional e internacional, o prêmio viabilizou a ampliação das instalações das cisternas.

Atualmente, a execução do projeto já foi encerrada e o coletivo vem buscando parcerias que viabilizem a implementação das cisternas em mais ocupações e nas cozinhas solidárias do MTST. Paralelamente, o Quebrada Agroecológica segue disponibilizando tutoriais e materiais informativos que permitem a reprodução das técnicas utilizadas. A democratização do conhecimento, somada às mobilizações para garantir o acesso à água, também tem sido um instrumento de luta pelo direito a esse bem indispensável à vida.

↑

Cozinha Solidária
Montanhão

→

Realização de oficina

Fonte: Acervo da Associação

→

Atividade realizada na horta do movimento

Fonte: Acervo da Associação

Quebrada Agroecológica
São Paulo | Brasil

E-mail: quebradaagreco@gmail.com
Instagram: @qbrada.agroecologica

4

Movimento Tapajós Vivo: Escola de Militância Socioambiental Amazônida (PA)

Se a Amazônia é considerada o “pulmão do mundo”, seus rios são como artérias que irrigam os territórios e as pessoas por onde passam. Sua energia vital também é marcada pela beleza, tanto por suas cores e dimensão, quanto pela sua força imponente. No estado do Pará, são dezenas de rios que garantem a alimentação, o transporte e a identidade cultural de sua população, boa parte dela de origem indígena e ribeirinha.

Em Santarém, seus rios e afluentes são os responsáveis por fazer do município um dos mais importantes e estratégicos do estado paraense. A cidade é a porta de entrada para quem vem do Amazonas ou do Amapá e ela ainda possui conexão com a capital Belém, distante 1.235 quilômetros por via terrestre ou cerca de três dias para quem viaja de barco. Na orla de Santarém, enquanto

se saboreia um tacacá, uma maniçoba ou um vatapá, é possível admirar o encontro de dois rios responsáveis pela magia do lugar: Amazonas e Tapajós.

Santarém é um santuário de vida e memória da população amazônica. Mas sua riqueza também desperta a ambição predatória de quem se aproveita da sua estratégica localização para avançar por seu território em busca dos lucros provenientes do garimpo e da extração ilegal de madeira. Quem percorre as estradas que ligam Santarém ao estado do Mato Grosso (onde nasce o rio Tapajós) também pode observar a mudança de paisagem, onde a floresta nativa vai gradativamente dando lugar a um "mar" de milho e soja, resultado da expansão do agronegócio que parte do estado mato-grossense em direção à Amazônia.

Não bastassem os riscos e ameaças promovidos por madeireiros, garimpeiros e latifundiários, a região de Santarém também é alvo de megaempreendimentos. Um exemplo foi a tentativa de construção da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, que chegou a ser licitada em 2015, mas que teve seu projeto arquivado no ano seguinte. A tentativa de implementação surgiu quase uma década antes e causaria um impacto sem precedentes na bacia do Tapajós e no destino de milhares de pessoas que vivem na região. Diante dessa ameaça, diversas organizações

sociais e ativistas se reuniram para barrar o projeto, dando origem ao Movimento Tapajós Vivo (MTV), criado em 2009.

Durante seus primeiros anos, o Tapajós Vivo promoveu diversas ações e mobilizações para impedir os crimes ambientais previstos com a instalação da hidrelétrica. Em 2014, o Movimento realizou a primeira Caravana em Defesa do Rio Tapajós, ampliando os debates e articulações. Já na segunda edição da caravana, realizada em 2016, o MTV concluiu ser preciso ampliar as ações, não apenas enfrentando o projeto da hidrelétrica, mas também considerando as demais ameaças que cresciam na região. Assim, a partir desse encontro, o Movimento ampliou seus objetivos, buscando "defender a vida e a cultura da bacia do rio Tapajós de todas as formas de ameaças e mortes, garantindo os direitos dos povos indígenas, ribeirinhos e das populações urbanas".

Com base em Santarém, o Tapajós Vivo continuou sendo um movimento feito por pessoas e organizações, articulado com iniciativas do Brasil inteiro, sobretudo paraenses e amazônidas. Em torno dessa mobilização, em 2019, foi realizado o Encontro das Águas, que reuniu representantes dos povos tradicionais das bacias dos rios Tapajós, Xingu, Madeira, Teles Pires, Juruena, dentre outros. Durante o evento, as organizações discutiram

"

Defender a vida e a cultura da bacia do rioTapajós de todas as formas de ameaças e mortes, garantindo os direitos dos povos indígenas, ribeirinhos e das populações urbanas.

estratégias comuns organizadas em eixos como mobilização, comunicação, articulação e educação popular.

A partir do Encontro das Águas, o MTV se responsabilizou pelo eixo de educação e, para encaminhar essa ação, foi criada a Escola de Militância Socioambiental Amazônida (EMSA). Fundamentada na "construção de conhecimentos e partilha de saberes (científicos e populares) para fortalecer a consciência crítica sobre as mudanças climáticas e comprometimento dos vários moradores afetados ou ameaçados pelos empreendimentos que destroem o território e os povos do Tapajós", a Escola nasceu com a missão de, por meio da educação popular, fortalecer as estratégias de luta na bacia do Tapajós.

Apesar de o MTV fazer a gestão inicial e conduzir atualmente o projeto da EMSA, a iniciativa é feita em articulação com diversas parcerias, a exemplo da Escola de Ativismo que contribuiu com a construção de seu plano político e pedagógico. Sua ação piloto aconteceu no final de 2021, quando a Escola passou por um processo de avaliação, e foi implementada a partir de 2022. Foram mobilizadas pessoas indicadas pelas organizações que atuam junto ao Movimento Tapajós Vivo, com a perspectiva de que os conhecimentos populares e

Encontro entre alunos
da Escola de Militância
Socioambiental da Amazonia

Fonte: Acervo da Associação

Ação realizada em manifestação

Fonte: Acervo da Associação

científicos construídos durante o processo formativo contribuíssem para a atuação de novos ativistas em defesa da bacia do Tapajós e das demandas da região.

Dividida em módulos, a EMSA prevê uma formação multidisciplinar e cíclica. Por meio de encontros em espaços acessíveis à população, a Escola reuniu cerca de 30 pessoas em sua primeira etapa. Um dos desafios é garantir a presença dos e das estudantes de forma contínua, por entender que as questões não se encerram em módulos isolados, e que, por isso, é necessária a participação em todo o ciclo de formação.

Durante um semestre, são trabalhados três módulos. O primeiro, debate questões sociopolíticas, como a economia e política na Amazônia e na bacia do Tapajós. No segundo módulo, se trabalha a mobilização e a agitação política. Finalmente, no terceiro eixo são construídas estratégias de comunicação popular para atuação junto aos territórios.

Cada atividade traz discussões a partir da realidade da região, incluindo o próprio conhecimento sobre a geografia do Tapajós e sua biodiversidade. Atrelado a isso está o debate sobre o histórico de luta e de mobilização em defesa do território. Os encontros também contribuem para fortalecer as organizações que atuam na bacia do Tapajós e incentivar a participação de novas lideranças.

“

Me faz acreditar na educação e que a escola pode trazer a pauta daquilo que o território precisa e na linguagem certa.

Todo o processo formativo é construído a partir de uma metodologia de troca de conhecimentos. “Eu sou uma mulher de 43 anos, mãe de duas filhas e nas formações eu me igualo aos alunos, para dizer que também estou para aprender junto”, destaca Luci Nascimento, militante da EMSA. A experiência é compartilhada por seu colega Maurício Sousa, que entende que a troca de saberes tem aumentado a confiança das pessoas para colaborar com esse processo: “me faz acreditar na educação e que a escola pode trazer a pauta daquilo que o território precisa e na linguagem certa”.

A também militante Kamila Sampaio lembra que, quando entrou na Escola de Militância Socioambiental, se sentia mais aluna do que coordenadora: “Foi um espaço de muito aprendizado, que me ajudou a entender o território, a bacia do Tapajós e sua conjuntura”. A militante Alice Matos também destaca a possibilidade de atuação no eixo sociopolítico, colocando em prática os conhecimentos relacionados ao Tapajós.

A troca de saberes é o ponto-chave para o processo formativo da EMSA, assim como a construção de linguagens e metodologias inclusivas, que valorizem os conhecimentos científicos e populares. De acordo com o militante Carlos Alves, por meio de uma educação diferente, baseada na troca de experiências, tem sido possível “fortalecer a luta no movimento tapajoense, na esperança de uma revolução amazônica em relação a toda essa questão predatória no território”. Para Johnson Portela, militante da Escola, a palavra “revolução” também traduz o sentimento por uma sociedade radicalmente inclusiva, sendo que ele e enxerga na EMSA um ambiente rico para esse processo formativo.

Em julho de 2023, a EMSA encerrou mais um ciclo, com a formatura de novos militantes. No mês seguinte, iniciou um novo módulo formativo, começando com atividades relacionadas ao eixo sociopolítico. No encontro com cerca de 32 pessoas de diferentes territórios, foram debatidas a filosofia do bem-viver, o engajamento na luta socioambiental, além de desenvolvida uma análise de conjuntura e discussões sobre a geopolítica e história da Amazônia. Ao longo do ano, a EMSA seguiu com seus processos formativos, dando continuidade aos ciclos de troca de aprendizagens que vão dando forma à Escola, construindo metodologias e compartilhando saberes em defesa do território que une os povos da bacia do Tapajós e de toda a região amazônica.

Bacia do Tapajós | Pará | Brasil
E-mail: tapajosvivo.stm@gmail.com

Instagram: @tapajosvivo
Facebook:@movimentotapajosvivo
YouTube: @movimentotapajosvivo8257

5

Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA): Lutheria na Amazônia (AM)

A castanheira, árvore nativa do bioma amazônico, impressiona por seus porte e exuberância - algumas delas chegam a alcançar extraordinários 60 metros de altura e 5 metros de diâmetro. Além disso, ela tem na longevidade uma característica distintiva, como é possível observar em exemplares com impressionantes 800 anos de vida que ainda continuam de pé e a gerar frutos. Rubens Gomes, popularmente conhecido como Rubão, foi um respeitado ativista, professor, luthier e ambientalista com uma grandeza de espírito que alcançava a mais alta das espécies amazônicas. Havia quem o encarasse como uma grande castanheira que, embora não tenha alcançado a longevidade (ele faleceu em 2020, aos 60 anos), semeou a terra e seus frutos continuam a brotar e florescer.

Foi ele o idealizador e criador da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA). Amapaense de nascimento, formou-se em música na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade de Brasília (UnB), dedicando parte da vida a fazer despertar em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social o interesse pelas artes e pela preservação do meio ambiente.

Em 1998, Rubão escolheu a Zona Vermelha de Manaus para viver e trabalhar. À época considerada a região mais violenta da capital amazonense, para ali se encaminhou com um propósito simultaneamente ousado e sofisticado: realizar a formação de jovens para fabricação, manutenção e restauração de instrumentos musicais utilizando materiais provenientes da floresta amazônica. Com seu trabalho, ele levava a arte da lutheria para a juventude empobrecida e marginalizada dos bairros Zumbi dos Palmares I e II e adjacências.

A experiência adquirida no curso de lutheria que promoveu na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) preparou o terreno para a elaboração um projeto de alcance mais amplo e para um público diverso. Logo, o quintal de sua casa se converteu em ateliê e sede da OELA, abrigando o curso básico de lutheria - projeto pioneiro na Amazônia e no Brasil -, com atividades regulares. Afagada a terra, a semente fecundou o chão.

“

As duas histórias caminham juntas, a da OELA e a do Rubens, e uma história fala pela outra. Ele se dedicou a vida toda para isso.

Jéssica Pingarilho, diretora-executiva da OELA, não hesita em destacar o papel fundamental de Rubão. “As duas histórias caminham juntas, a da OELA e a do Rubens, e uma história fala pela outra. Ele se dedicou a vida toda para isso”, afirma.

Em 2004, Rubens Gomes decidiu sistematizar e socializar a metodologia empregada em seu curso de lutheria com a publicação do Manual de Lutheria: curso básico. A lutheria é uma técnica profissional e artística apurada de fabricação, restauração e manutenção de instrumentos musicais, dos mais variados, que engloba um conjunto de conhecimentos, como a carpintaria, o desenho e, claro, a música. O luthier, por seu trabalho sensível e delicado, é um profissional bastante requisitado no universo musical. Cada instrumento confeccionado por esse profissional é único, o que confere uma característica especial ao instrumento.

Desde o início, no período de germinação da OELA, havia o intuito em aliar o ensino da produção de instrumentos musicais de cordas aos jovens manauaras com a prática da educação ambiental e cidadã, conformando um projeto político-pedagógico capaz de despertar-lhes a consciência da importância de conhecer, valorizar e preservar o bioma amazônico. Nesse sentido, veio a decisão de se utilizar espécies de madeira local

para a confecção dos instrumentos, a exemplo do Tauari (*Couratari spp., Lecythidaceae*) e do Coração de Negro (*Swartzia laxiflor*), convertendo recursos florestais em bens sociais. Assim, a OELA passou a utilizar madeiras da floresta amazônica manejadas e certificadas pela *Forest Stewardship Council* (FSC), uma importante chancela que garante que aquela madeira é oriunda de atividade legal, bem como que sua extração não conta com o emprego de mão de obra infantil ou em condição análoga à escravidão.

Em 2023, a OELA foi certificada com o selo "A+ Gestão e Transparência" pelo Instituto Doar, o qual atesta que ela segue os padrões de transparência e, portanto, é apta a receber recursos e doações de instituições financiadoras. Este é apenas um dos inúmeros prêmios nacionais e internacionais que a instituição angariou ao longo das mais de duas décadas de existência, que conferem reconhecimento global aos seus projetos.

Nesse período de constituição e consolidação da OELA, diversas parcerias foram estabelecidas e fortalecidas, permitindo a expansão e o aperfeiçoamento dos projetos e atividades desenvolvidas. Atualmente, além da sede, a organização possui outros dois espaços de atividades na cidade de Manaus: o Espaço de Apoio Pedagógico Rubens Gomes, localizado na Zona Oeste da cidade, e a Escola de Remo Flutuante e Itinerante do

Amazonas - a primeira do gênero no Brasil. Há ainda uma filial da instituição em Macapá, capital do estado do Amapá.

O aumento de unidades e da estrutura física proporcionou realizar outros tipos de atividades e ampliar o número de pessoas atendidas. Além do curso de lutheria, são oferecidos também cursos de informática, estética, musicalização e marchetaria, além de projetos voltados para a prática de atividades esportivas.

No caso da marchetaria, técnica milenar de fabricação de móveis e utensílios, ela é feita a partir dos resíduos da confecção dos instrumentos musicais. No curso, são confeccionados, por exemplo, biojoias, porta-joias, canetas, porta-celulares, etc. Por ser uma das atividades mais antigas desenvolvidas na instituição, os produtos confeccionados ao longo dos anos estão em fase catalogação.

Todos os cursos oferecidos são inteiramente gratuitos e oferecidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. No caso dos cursos oferecidos a crianças e adolescentes, é exigido que estejam devidamente matriculados em uma escola e que apresentem boletins de frequência e de notas. Além disso, todos os alunos praticam refeições na OELA e tanto eles quanto as famílias possuem acompanhamento psicológico e

↑

Visita de Charles III em eventos de celebração

→

Oficina de produção de instrumentos musicais

Fonte: Acervo da Associação

Oficina de produção
de instrumentos musicais

Fonte: Acervo da Associação

socioassistencial. Por todos esses benefícios, os cursos oferecidos são bastante disputados pelas famílias de baixa renda da região - há inclusive alunos de outras regiões de Manaus que cruzam a cidade para frequentar os cursos oferecidos.

Nessa rede de atenção e apoio, o acompanhamento do rendimento dos alunos e alunas (escolar, físico, psicossocial e nutricional) promove um elo educacional entre a OELA, as instituições de ensino públicas municipais e estaduais, as famílias dos alunos e as comunidades onde estão inseridos. Em função dos bons resultados, nos últimos anos, houve o surgimento de um novo público, os adultos, que passaram a buscar os cursos ofertados, especialmente aqueles de formação, qualificação e capacitação técnica. A rede de atenção é igualmente oferecida a esse novo público.

Ao longo desses 25 anos de existência, o curso básico profissionalizante de lutheria da OELA formou mais de 15 mil pessoas - um número expressivo de jovens e adultos que tiveram contato com técnicas e conhecimentos musicais de produção de instrumentos e que estão aptos a fazer desta arte sua fonte de renda. O curso possui duração média de 12 meses e, ao final dele, cada aluno deve confeccionar um instrumento de cordas como trabalho de conclusão.

Os instrumentos produzidos são reaproveitados e utilizados nas aulas de música voltadas para crianças.

A OELA também produz instrumentos musicais de cordas (violões de 6, 7 e 12 cordas, cavaquinhos e bandolins) em seu ateliê para comercialização. Amplamente procurados por músicos locais e nacionais, os instrumentos produzidos na OELA são reconhecidos por sua qualidade e se diferenciam por seu timbre particular. Esses instrumentos são confeccionados por um corpo de profissionais da lutheria da própria instituição que atuam também como professores do curso.

Alguns deles, inclusive, foram alunos destacados que se converteram em mestres do ofício e educadores. É o caso de Renato Montalvão, coordenador de lutheria da OELA, oriundo da primeira turma do curso de lutheria e a quem a diretora Jéssica considera “a memória viva da OELA” em razão do grande número de “causos” e histórias que tem para contar.

Apesar da persistência dos problemas estruturais da pobreza e da violência, o estigma com relação à Zona Leste (Vermelha) e às pessoas que lá vivem foi diminuindo graças ao trabalho desenvolvido pela OELA, ao passo que a autoestima e o sentimento de pertencimento dos moradores foram crescendo.
Em 2009, o rei Charles III (então príncipe) - ao lado da rainha consorte Camilla Parker (então duquesa) e comitiva real - visitou o ateliê e recebeu de presente das mãos de um dos alunos um violão ali confeccionado.

O trabalho desenvolvido pela Oficina Escola de Lutheria da Amazônia é realizado de maneira integral no território em que se encontra, em prol da floresta amazônica, e das pessoas que nela vivem, conjugando sustentabilidade, identidade e cidadania. No solo fértil da OELA, as sementes lançadas pela castanheira Rubens Gomes continuam encontrando condições propícias para crescer, se desenvolver e frutificar.

Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)
Manaus | Amazonas | Brasil

E-mail: jessica@oela.org.br
Site: www.oela.org.br
Instagram: @oelabrasil
Facebook: @oelabrasil

6

Associação Centro de Cultura Sabuka Kariri-Xocó: Matykay aiy kerú – Caminho Sagrado Kariri-Xocó (AL)

“Sempre pensara em ir caminho do mar. Para os bichos e rios nascer já é caminhar” os versos do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto traduzem o sentimento de muitos ribeirinhos e pessoas que construíram suas vidas a partir do rio. No Brasil, país de proporções continentais, a água e seus percursos refletem histórias milenares de povos que seguem caminhando.

Nascido na serra da Canastra, em Minas Gerais, o quinto maior rio do país em extensão atravessa a Bahia e Pernambuco para desaguar no mar que banha os estados de Sergipe e Alagoas. Por onde passa, o Rio São Francisco ganha homenagens em forma de poesia, leva esperança às regiões mais áridas e desperta lembranças de povos cuja existência se confunde com o “Velho Chico”. Em seu percurso por terras alagoanas, ele margeia a

aldeia Kariri-Xocó, onde é chamado de Opará, nome originário que precede o do batismo de “São Francisco” (feito por Américo Vespúcio em 1501, que após navegar por sua foz buscou homenagear o santo católico com o nome).

“Opará”, termo que pode ser traduzido por “rio real, rio grande como o mar”, sintetiza o percurso das águas. Assim como o rio, o povo Kariri-Xocó, que compreende o ser humano e os elementos da natureza como um único corpo, segue caminhando. Parte dessa trajetória tem sido construída a partir do Matykay aiy kerú – Caminho Sagrado Kariri-Xocó que, para além de um projeto estanque, é uma iniciativa de percurso vivo, que pretende resgatar as memórias e saberes indígenas para melhorar a qualidade de vida de sua população.

“

A associação já é um coletivo, já vivemos isso no nosso dia a dia, não é de outro mundo. Tem que ter ocacique, o pajé, os conselheiros...

Assim, foi criada, em 2019, a Associação Centro de Cultura Sabuka Kariri-Xocó. “Às vezes temos que nos adaptar. Se a gente não sabe a linguagem do outro, a gente vai aprendendo. Se é para o bem da comunidade, vou tentar, apesar de me aborrecer, já que a burocracia dá dor de cabeça”, conta o pajé Pawanã Crody ao explicar o processo de formalização exigido para acessar projetos ou ampliar a relação com as instituições públicas. No entanto, a dinâmica interna não é muito diferente do que é culturalmente construído na aldeia: “A associação

já é um coletivo, já vivemos isso no nosso dia a dia, não é de outro mundo. Tem que ter o cacique, o pajé, os conselheiros...", afirma.

De forma bem-humorada, o pajé Pawanã confidencia: "os pepinos, a gente manda pra Verena". A brincadeira tem seu fundo de verdade, já que os Kariri-Xocó contam com o apoio de Verena Barros Hauschild, pesquisadora e facilitadora. A partir de sua relação com a aldeia, ela identificou a importância da formalização e passou a assessorar a comunidade na criação da associação e nos processos burocráticos envolvendo o poder público ou organizações sociais.

Segundo Verena, o "Caminho Sagrado Kariri-Xocó" é infinito: "Começou antes e não sabe quando vai terminar, porque as questões não se encerram. O projeto tem um fundamento de cura e de alimento. Literalmente o nosso caminho: o preparo das roças, a perfuração dos poços, os viveiros, a realização de encontros e oficinas, a inscrição em editais. São muitas ações em prol das tradições que a associação alimenta, preserva e fundamenta, para que a gente possa realizar a caminhada. Esse é o Caminho Sagrado".

Nesse percurso, diversas atividades foram realizadas para resgatar a memória ancestral do povo Kariri-Xocó, a começar pelo próprio Centro Cultural, cuja estrutura física foi levantada a partir de doações e trabalho voluntário. Os encontros promovidos têm ajudado a fortalecer a autoestima da comunidade e a retomada de práticas e saberes, a exemplo do uso de ervas medicinais. Além disso, têm sido produzidos materiais que reúnem esses conhecimentos, a partir das trocas envolvendo, sobretudo, as mulheres, jovens e anciãos da comunidade.

Outra conquista que perpassa a trajetória do Caminho Sagrado Kariri-Xocó é a demarcação de 4.600 hectares de terra, homologado pelo governo federal em abril de 2023. Até então, apenas 700 hectares haviam sido destinados à terra que atualmente abriga cerca de 4.500 pessoas. Essa conquista é fruto de uma luta antiga: após a expulsão de suas terras em 1759, os Kariri-Xocó realizaram quatro retomadas, a principal delas em 1981 e a mais recente em 2015.

A demarcação das terras e o fortalecimento da memória indígena também resulta em outra ação importante do caminho sagrado dos Kariri-Xocó: a preservação da Caatinga. O bioma representa 85% da área da aldeia (o restante é de Mata Atlântica) e sua mata vem sendo recuperada pela comunidade que a considera

sagrada e que entende a sua restauração também como um caminho para o restabelecimento dos corpos físico e espiritual dos indígenas: “Era terra habitada por posseiros, que a devastaram. Agora estamos trabalhando para dar vida novamente a ela”, explica o pajé Pawanã.

Apesar da conquista das terras, o pajé não se ilude com a dinâmica social imposta à comunidade: “A gente é muito pacífico e vamos conquistando da maneira que o tempo oferece. Essa luta é contínua, sempre foi assim com nossos antepassados, nunca vai acabar. Sempre vão surgir leis, vão querer tomar nossas terras”, afirma Pawanã. A demarcação também não impede a aproximação do meio urbano e de todos os problemas trazidos pela política do “desenvolvimentismo”.

A 500 metros da comunidade Kariri-Xocó está o município de Porto Real do Colégio que, gradualmente, foi engolindo as terras indígenas e transformando a aldeia em uma espécie de extensão. Ao explicar a origem do nome da cidade, Pawanã destaca: “‘Porto’ é uma alusão ao porto construído para receber embarcações portuguesas, enquanto que ‘Real’ faz referência ao rio, considerado ‘grande como o mar’. Já ‘Colégio’ se refere ao ‘colégio construído pelos portugueses para nos catequizar, mudar nossa língua’”, afirma Pawanã. Ele complementa: “tentaram descaracterizar o nosso povo de todas as

Fogo de Panela com
dona Valdete

Fonte: Acervo da Associação

↑

Pajelança Kariri
Xocó. Abril de 2019

←

Encontros na Associação,
registrados por Verena

Fonte: Acervo da Associação

formas, começando pela mudança do nome do rio", se referindo ao Opará.

Ademais, há também a materialização desse modo de vida imposto pelos colonialistas e reproduzido até os dias atuais - a situação do rio "São Francisco" é um exemplo disso. Pawanã conta que, há 20 anos, ainda era possível vivenciar o rio para o consumo, banho e pesca.
No entanto, a situação foi se agravando nas últimas décadas com a invasão urbana e, atualmente, o rio sofre com a poluição decorrente do escoamento de esgoto da cidade."Só de não se alimentar mais dele, é uma matança. O rio não tem força para dar os peixes. Hoje, a gente come tilápia criada em viveiros, temos que pagar para comer. Antes, se a gente queria lanchar, íamos pro rio e no correr de cinco minutos trazíamos um peixe adequado para a fome que a gente tava", lembra Pawanã. "O rio é nosso sangue. Com ele tem nossa ciência, temos nossos banhos sagrados. É triste pedir energia para ele e ver ele gritando por socorro. Não adianta na minha aldeia ter água e eu ir pro rio e ver ele morrendo", afirma o pajé.

"

O rio é nosso sangue. Com ele tem nossa ciência, temos nossos banhos sagrados. É triste pedir energia para ele e ver ele gritando por socorro. Não adianta na minha aldeia ter água e eu ir pro rio e ver ele morrendo.

Como o sangue correndo nas veias, o Opará é sinônimo de vida, de ciência e espiritualidade, que conecta antepassados com as pessoas do presente e das futuras gerações. Nessa perspectiva, a luta dos Kariri-Xocó para manter o Opará vivo passa pela memória, pela cultura e pela identidade de seu povo. “Um pé no passado e outro no presente”, onde a atuação em defesa do território é fundamental para garantir que os jovens e aqueles e aquelas que virão tenham uma terra para alimentar e serem alimentados.

Esse é o espírito do “Caminho Sagrado”, perene e contínuo como o rio, que perpassa o uso dos conhecimentos medicinais a partir da mata, além da valorização do trabalho dentro da terra indígena. O projeto também busca ampliar a produção de plantas nativas usadas na alimentação e nos cuidados com a saúde. No entanto, Verena critica a falta de acessibilidade aos programas públicos que poderiam contribuir com tais ações, mas acabam se tornando uma barreira à diversidade de povos indígenas, sobretudo àqueles que não estão formalizados.

A partir de uma base “espiritual, ancestral e cultural”, como afirma Pawanã, o “Caminho Sagrado Kariri-Xocó” segue seu leito. “É uma caminhada que não acaba, que cura, alimenta e transforma”, reforça Verena. E assim o projeto vem criando iniciativas para fortalecer essa identidade e manter vivas as terras, pessoas, bichos, matas, ar e o Opará. Uma diversidade de elementos, mas que, de acordo com a sabedoria Kariri-Xocó, representa um só corpo.

Aldeia Kariri-Xocó | Alagoas | Brasil
E-mail: acc.sabuka.kx@gmail.com

7

Instituto Mapinguari e Agricultores/as do Quilombo do Curiaú: Territórios Agroecológicos (AP)

O Amapá é um dos estados mais negros do Brasil, sendo que 74% de sua população é composta por pessoas autodeclaradas pretas e pardas, conforme indicou o XII Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[7]. Situado na região amazônica e fronteiriço com a Guiana Francesa e o Suriname, o estado teve o processo de colonização acentuado na segunda metade do século XVIII, que contou com medidas para garantir a ocupação de colonos portugueses, dentre elas a ampliação do comércio de pessoas escravizadas trazidas de África.

Na capital Macapá, ao sentar-se à beira do rio Amazonas, enquanto se come uma mojica de camarão com uma cachaça de jambu com tucupi, é possível avistar a Fortaleza de São José, inaugurada em 1782, durante

7 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 fev. 2024

esse período de ocupação portuguesa. O forte protegeu a região de uma invasão francesa e atualmente é um dos principais atrativos turísticos de Macapá. Quem visita seu interior e percorre seus calabouços, canhões e passagens secretas talvez não se dê conta de que aquele monumento de pedras foi construído a partir de muita violência, sangue e trabalho escravo.

Durante a construção da fortificação foram utilizadas pedras extraídas por mãos negras. A escravização garantiu a realização da obra, mas também houve resistência. Alguns “tiradores de pedra” conseguiram fugir e se fixaram a 14 km do centro da capital amapaense, numa área hoje batizada por Curiaú. Nascia, ali, um quilombo que viria a ser o primeiro titulado da história do Amapá e o segundo do país, reconhecido em 1999 pela Fundação Palmares (Ministério da Cultura).

Atualmente com cerca de 600 famílias, o quilombo viu o processo de urbanização se expandir em direção ao seu território e hoje se vê cercado por empreendimentos imobiliários e por um cinturão de monocultura de soja produzido pelo agronegócio. A região quilombola está compreendida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Curiaú, criada em 1998 com o objetivo de proteger e conservar os recursos naturais nela existentes. Essa é uma das vinte unidades de conservação do Amapá.

No entanto, de acordo com o biólogo e mestre em biodiversidade tropical, Yuri Silva, havia uma limitação de movimentos e organizações locais dedicados ao trabalho junto às unidades de conservação. A partir desse entendimento, Yuri e outros colegas estudantes formaram um grupo para atuar em defesa da Reserva Revecom. Com a ampliação das ações, eles sentiram a necessidade de se institucionalizar e, assim, em 2015 fundaram o Instituto Mapinguari.

O trabalho junto às unidades de conservação fez com que o instituto se aproximasse das comunidades, especialmente dos moradores e moradoras quilombolas do Curiaú, um dos seis quilombos que estão na APA do Curiaú. Um dos primeiros contatos aconteceu a partir do projeto Quilombos Urbanos, que promoveu oficinas de fortalecimento comunitário e possibilitou a aproximação entre as pessoas do Instituto Mapinguari e as comunidades quilombolas próximas a Macapá. A partir dessa relação, buscou-se entender as principais demandas da população e o que se sobressaiu foi a relação da comunidade com a agricultura.

Apesar de ser uma das principais atividades econômicas da região, os quilombos não recebiam assistência técnica e não acessavam políticas públicas. Destacava-se a produção de pequenas monoculturas,

sobretudo de macaxeira e milho, voltadas à subsistência. Esse contexto fez com que o Mapinguari desenvolvesse o projeto “Territórios Agroecológicos”, com o objetivo de trabalhar a prática agrícola junto às comunidades quilombolas e também incidir politicamente para retomar a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade do Amapá.

A aproximação do Mapinguari junto ao quilombo do Curiaú se deu a partir de 2020. Em janeiro de 2023, o instituto, juntamente à Rede Cabana (Pará), promoveu, no território, o curso Gaia Amazônia. Houve uma imersão no quilombo, com o compartilhamento de saberes sobre técnicas agroecológicas, manejo do solo, saúde, dentre outras questões relacionadas à agricultura familiar. “No primeiro dia, um dos quarenta agricultores que participavam do curso, falou: ‘olha, eu quero isso lá em casa’”, lembra Yuri ao comentar sobre o interesse das pessoas diante da implementação da primeira agrofloresta no quilombo.

Os felizardos foram Seu Geraldo e Dona Oneide, cujo terreno da família inaugurou o processo de preparação do solo e plantio da agrofloresta no quilombo do Curiaú. “Depois do curso, o pessoal chegou pra gente e falou: ‘ó, agora todo mundo quer’”, conta Yuri, ressaltando que boa parte dos agricultores participantes do curso

eram do quilombo do Curiaú. Diante desse resultado, o Mapinguari se viu estimulado a reproduzir a experiência nos terrenos dos demais moradores.

Como o projeto Territórios Agroecológicos não possuía mais recursos para ampliação do plantio das agroflorestas, a vontade dos quilombolas impulsionou uma cooperação responsável pela implementação em doze áreas da comunidade. O Mapinguari apoiou com o trabalho de seus integrantes, além de garantir parte dos insumos necessários (calcário, caroço de açaí, esterco de gado), enquanto os agricultores e agricultoras do quilombo do Curiaú organizavam os mutirões. Algumas trocas e doações também garantiram as mudas e sementes. No dia dos mutirões, todas as pessoas colocaram a "mão na massa" e contribuíram como podiam, como levando um café ou uma refeição.

Desde janeiro de 2023, foram realizados doze mutirões no quilombo. A implantação das agroflorestas diversificou a produção no território e trouxe mais segurança alimentar às famílias. Em terrenos onde só se plantava macaxeira, agora também há pés de açaí, cupuaçu, tucumã, hortaliças, maxixe, batata-doce, mamão, melancia, entre outros. Consequentemente, a alimentação tornou-se mais saudável. A produção, voltada para subsistência, já começa a ter excedentes e sua

Atividade de plantio coletivo

Fonte: Acervo da Associação.
Foto de Thales Lima

Atividade de plantio coletivo

Fonte: Acervo da Associação.
Foto de Thales Lima

comercialização tem complementado a renda das famílias da comunidade.

Os frutos colhidos da relação entre o Mapinguari e o quilombo do Curiaú são motivos para sonharem mais alto. Yuri destaca o objetivo do instituto em contribuir com a formalização dos empreendimentos, para que possam fornecer alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e comercializá-los em supermercados da região. Enquanto isso, os agricultores e agricultoras têm se organizado e em junho de 2023 formaram um coletivo.

Neste processo, a liderança feminina é marcante. Das três associações que existem no Curiaú, duas são presididas por mulheres. Geralmente são elas à frente das ações, ainda que na hora “da mão na massa” se juntam os maridos, filhos, vizinhos. Além de todo o processo produtivo, a criação das agroflorestas também envolve debates, especialmente sobre racismo ambiental e sobre a história do povo negro na proteção ambiental da Amazônia. Outra questão discutida é a importância de incidir nas políticas públicas, que priorizam o agronegócio e dificultam o acesso dos pequenos agricultores a programas e recursos públicos.

De acordo com Yuri, essa mobilização vem contribuindo para melhorar a autoestima dos quilombolas

e fortalecer o processo de identidade no Curiaú. Além disso, o cofundador do Mapinguari também ressalta que o projeto “Territórios Agroecológicos” e a relação com o quilombo trouxeram mudanças pessoais e profissionais: “Quando eu comecei a trabalhar com os quilombos, conheci o termo ‘aquilombar’. Eu não sou preto, sou pardo, meu pai é preto. Entendi que o aquilombar não é se tornar quilombola, mas ser abraçado pelo quilombo, poder contribuir com o quilombo e o quilombo contribuir com sua formação”, conta.

A partir dos mutirões, ele também fez uma agrofloresta em seu quintal e hoje planta mamão, fava e feijão. Outro aspecto que Yuri destaca é que, apesar de ser biólogo, não entendia como sua formação e os conhecimentos adquiridos poderiam proporcionar resultados práticos, “Mas o que aprendi, ela [agrofloresta] pode ser voltada para a produção de alimentos, imitando o que a floresta faz. A gente olha pra floresta e tenta entender o que ela faz e como simular isso nos sistemas agroflorestais que estamos implantando. Não sou expert, me inspiro em outras pessoas”, conclui.

“

Mas o que aprendi, ela pode ser voltada para a produção de alimentos, imitando o que a floresta faz. A gente olha pra floresta e tenta entender o que ela faz e como simular isso nos sistemas agroflorestais que estamos implantando. Não sou expert, me inspiro em outras pessoas.

Plantio e colheita

Fonte: Acervo da Associação.
Foto de Thales Lima

Instituto Mapinguari
Macapá | Amapá | Brasil

Site: https://www.mapinguari.org
E-mail: contato@mapinguari.org
Instagram: @imapinguari

8

Instituto Lilar:
Projeto Aldeias (PA)

O geógrafo Milton Santos afirmou que “as velhas noções de centro e periferia já não se aplicam, pois o centro poderá estar situado a milhares de quilômetros de distância e a periferia poderá abranger o planeta inteiro”. Em sintonia com o pensamento do notável intelectual baiano, que propõe o deslocamento desses conceitos, a jornalista Eliane Brum - que deixou São Paulo para viver em Altamira, no Pará, em 2017 - escreveu que “a Amazônia é o centro do mundo”. Para o centro do mundo ela foi acompanhada de seu grande parceiro profissional, o fotojornalista mineiro Lilo Clareto. A frase registrada pela jornalista ecoa o sentimento que muitos amazônidas possuem do território onde nasceram e vivem, como Daniela Silva, geógrafa, ativista socioambiental e jovem liderança local de expressão global, coordenadora-geral do Instituto Lilar e do projeto Aldeias.

“

As velhas noções de centro e periferia já não se aplicam, pois o centro poderá estar situado a milhares de quilômetros de distância e a periferia poderá abranger o planeta inteiro.

O Instituto Lilar e o projeto Aldeias surgiram no vácuo de histórias de dor e injustiças - de ordem pessoal e coletiva - ocorridas na última década no Brasil. De um lado, a catástrofe humanitária e ambiental provocada pela instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no curso do Rio Xingu, próximo à cidade de Altamira; de outro, a pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus, e a gestão errática e genocida do governo do ex-presidente do país.

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte exigiu a inundação de grandes áreas habitadas para a construção da barragem. Nesses locais alagados - ilhas e terras banhadas pelo Xingu e por igarapés - viviam plantas, animais e seres humanos. Estes últimos, compostos por uma diversidade de comunidades indígenas e populações ribeirinhas, precisaram ser remanejados de seus territórios de ocupação original (que passaram a ser classificados como “áreas de risco”), e, portanto, afastados compulsoriamente dos recursos naturais ali existentes, de sua cultura e de sua história. Mesmo em locais não inundados, houve a indicação de que as famílias seriam removidas pelo risco de inundação, e, portanto, as famílias foram realocadas e não puderam continuar a viver em suas regiões de origem. Essas populações experimentaram aquilo que especialistas

classificam como racismo ambiental, que ocorre quando interesses econômicos são realizados de forma violenta e desarticulada com a realidade cultural e territorial de determinados grupos étnicos-raciais (negros, quilombolas, ribeirinhos e indígenas).

As famílias atingidas pela construção de Belo Monte foram realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), bairros criados na cidade de Altamira - e distantes do rio - configurados pela infraestrutura precária e pela insegurança pública. Em um desses reassentamentos, Daniela Silva, a Dani, viu seu irmão ser assassinado, deixando, além da dor e do luto, duas crianças menores de idade sem o pai. Com a fatalidade, as crianças foram viver com a avó no Conjunto Residencial Santa Benedita, bairro com aproximadamente 4 mil moradores e onde vivem muitas crianças, adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social.

O projeto Aldeias (Projeto de Educação, Arte, Cultura e Meio Ambiente para crianças e jovens de Altamira) começa a ganhar forma em 2019 a partir do sonho do casal Daniela e Lilo em “reflorestar” a vida dessas crianças e jovens, restabelecendo o vínculo com a floresta, com os rios, bichos e igarapés, bem como com seus ancestrais. Embora inseridos no coração da floresta amazônica, havia

um descompasso em relação ao meio, uma vez que a vida levada no Santa Benedita pouco se diferenciava do que acontecia nas periferias dos centros urbanos de outras partes do país. Altamira, lamentavelmente, representa o epicentro do desmatamento e da violência na Amazônia.

Conscientes dessa realidade e dos impactos causados, sobretudo aos mais jovens, o casal percebeu que o contato com os elementos naturais da floresta e os laços com a cultura ribeirinha amazônica precisavam ser reatados, acompanhados de um conjunto de ações educacionais. O Aldeias surge, dessa maneira, como resistência aos processos perversos que se abateram sobre a cidade de Altamira, especialmente sobre os moradores do Santa Benedita (foco do projeto) e de demais bairros populares criados a partir da violência do processo de expulsão de suas terras – o que gerou a diáspora das populações ribeirinhas que habitavam as margens do Xingu.

As atividades realizadas por meio do projeto carregam consigo a importância de trabalhar com as crianças e os jovens a noção da identidade amazônida como forma de valorização de si e do território em que se está inserido - desenvolvendo, a partir dessa ponte, uma cartografia afetiva que possibilita processos de reterritorialização, cuidado e acolhimento dessa juventude. “O Aldeias tem esse objetivo de potencializar o que já é potente nas

juventudes, conectando com a identidade amazônica: ‘de qual território você fala? Qual a potência do seu território?’”, garante Daniela. Nesse sentido, o vínculo com a Amazônia e com as múltiplas formas de vida que coabitam a floresta é um elemento basilar e norteador.

Outra situação perversa provocada pelo deslocamento para os RUCs e demais bairros periféricos altamirenses consiste no desmonte das redes de afeto e apoio que essas pessoas possuíam em seus territórios originais, por meio das quais se estreitavam e fortaleciam os laços comunitários. A inundação não alcançou apenas extensas faixas de terra habitadas, mas também seus modos de vida, enfraquecendo os vínculos de pertencimento.

Amparado e orientado pelo provérbio africano que diz que “é preciso uma aldeia para educar uma criança”, o intuito do projeto Aldeias consiste em envolver a comunidade no cuidado, na formação e no desenvolvimento humano, educacional e cultural das crianças e jovens de Altamira, visto que a partir de processos de trabalho conjuntos e participativos é possível restabelecer o fortalecimento comunitário.

“

O Aldeias tem esse objetivo de potencializar o que já é potente nas juventudes, conectando com a identidade amazônica: ‘de qual território você fala? Qual a potência do seu território?

Desde então, atividades e oficinas vêm sendo realizadas juntos aos jovens, especialmente às crianças. Durante uma delas (Oficina Criança, Floresta e Poesia), as crianças do Santa Benedita foram levadas a um ambiente natural próximo ao Rio Xingu. Ali, a sensibilidade delas foi estimulada por meio de experiências simples, mas que exigem atenção para serem percebidas, como a mudança da paisagem à medida que deixavam a zona urbana de Altamira em direção à zona rural amazônica e a alteração da temperatura em ambientes onde a floresta é preservada, o que torna o ambiente mais agradável. Entre um banho e outro na beira do rio, as crianças compreendiam a importância das árvores, inclusive no espaço urbano onde vivem, e do contato direto e contínuo com os recursos naturais que a região oferece.

Um dos eixos do Aldeias é a Escola da Rua, atividade continuada de apoio à escolarização dessas crianças, adolescentes e jovens, que possui um caráter de espaço de cidadania, além de incidência política, ao passo que essas pessoas se reconhecem como sujeitos de direitos cientes do território que ocupam. A Escola da Rua se propõe, ainda, a ser um lugar de escuta: ”Nesse processo de construção de grandes empreendimentos, as crianças e os jovens não são levados em consideração”, afirma Daniela.

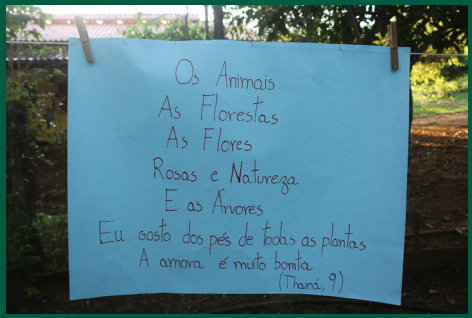
A Escola da Rua acontece no espaço da associação de moradores, que estava abandonado e foi ocupado e recuperado conjuntamente, já como um passo em direção ao fortalecimento das relações comunitárias. Por meio do trabalho junto às crianças, os adultos - especialmente as mães, já que muitas delas são chefes de família - foram mobilizados a participar ativamente do processo de renovação do espaço associativo, que acabou por revitalizar o brilho nos olhos de todas as pessoas envolvidas: a criançada, a juventude e as mães.

Em 2020, a humanidade foi acometida pela pandemia de COVID-19 e o Brasil foi um dos países que mais padeceram de seus efeitos em razão da política negacionista promovida pelo então governo. No ano de 2021, Lilo Clareto, companheiro de Daniela Silva e fotógrafo conceituado, tido como “os olhos do mundo na Amazônia”, contraiu o vírus e não resistiu aos seus efeitos, falecendo aos 61 anos.

Com a sua morte, Daniela (mãe de uma menina, fruto de sua união com Lilo) e as três filhas mais velhas do fotógrafo se juntaram no intuito de promover aquilo que o casal, em grande medida, já vinha colocando em prática desde 2019: um instituto cuja perspectiva fosse a de conferir protagonismo às infâncias e juventudes no

Eventos, confraternizações e reuniões

Fonte: Acervo do Instituto



Eventos, confraternizações e reuniões

Fonte: Acervo do Instituto

“

O Aldeias pode ser uma iniciativa para ser implementada como política pública.

contexto amazônico. Além disso, ele também seria um espaço de preservação e difusão do acervo fotográfico de Lilo, onde ele permanecerá vivo por meio de suas obras. Assim, a família se mobilizou para conceber o Instituto Lilar, que tem no projeto Aldeias seu principal programa.

Inspirada no ofício de Lilo Clareto, em 2022, foi realizada a Oficina de Fotografia em que os jovens do Santa Benedita tiveram a oportunidade de realizar um curso de introdução à técnica fotográfica digital com ênfase na prática da fotografia documental e jornalística - área que Lilo dominava com maestria, que na qual a arte se coloca à disposição do ativismo político. Entre outros benefícios, a oficina proporcionou aos jovens a chance de expressar sensibilidade por intermédio do olhar.

Além da realização de atividades criativas, o instituto promove também o projeto Amazônia Cria que, de um evento alusivo ao Dia Internacional da Juventude (12 de agosto), tem hoje o propósito de se converter em um conjunto de ações culturais e artísticas (em articulação com outros coletivos da região), bem como de processos formativos de novas lideranças para incidir politicamente na região amazônica no médio e no longo prazo.

O projeto é inspirado na trajetória de Daniela Silva, mulher negra amazônida que desde os 16 anos milita junto a causas sociais e ambientais na região. Aos 29 anos, ela vem conquistando espaço e participando de eventos internacionais que discutem agendas globais, levando, por meio de sua voz, as demandas das populações amazônicas. Atualmente, ela é bolsista de duas instituições internacionais que apoiam a formação de novas lideranças para atuar em espaços de decisão. Além disso, ela compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes de Altamira. Em um indicativo de suas aspirações, ela garante que "o Aldeias pode ser uma iniciativa a ser implementada como política pública".

Mesmo diante das adversidades que a vida foi impondo e das injustiças que observavam e viviam, Lilo e Daniela não esmoreceram do sonho que alimentavam de reflorestar corações e mentes de uma geração de crianças e jovens que foram duramente violadas em seus direitos e que não tiveram a possibilidade de recompor a vida que levavam com suas famílias.

Por meio de Daniela Silva, familiares, amigos e voluntários, Lilo tornou-se verbo: Lilar, e segue conjugando pessoas, ideias e projetos em torno da preservação da Amazônia e da promoção do bem-viver das crianças e jovens - bem como de toda comunidade - do Santa Benedita e de Altamira A partir do projeto Aldeias, crianças e jovens que habitam o centro do mundo recebem a oportunidade de explorar seus potenciais e de se tornar uma geração consciente, sensível e atuante politicamente: a geração Amazônia.

Instituto Lilar Altamira | Pará | Brasil

E-mail: aldeias@liloclareto.com.br
Site: www.liloclareto.com.br/projetoaldeias
Instagram: @projetoaldeias
Facebook: @projetoaldeias
Youtube: @projetoaldeias

9

Instituto ECCUS: Projeto ARES - Agroflorestando para Reflorestar com Sustentabilidade (PB)

“Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?”.

A percepção do notável economista paraibano Celso Furtado sobre a utopia contribui para a compreensão daquilo que seis amigos que retornavam a João Pessoa, capital da Paraíba, traziam dentro de si: o desejo de construir em sua terra natal aquilo que a experiência profissional e técnica em outras paragens do país lhes fornecera - precisamente, a ênfase na atuação política em torno das questões socioambientais. Percebendo a lacuna existente na capital paraibana em torno dessa agenda, criaram, no ano de 2016, o Instituto ECCUS - Educação, Cidadania e Cultura da Sustentabilidade.

O instituto se ergueu sobre três pilares que se encontram refletidos em seu nome: o pedagógico, o político e o cultural, que dão sustentação ao posicionamento e às ações respectivas à sustentabilidade no estado da Paraíba. De acordo com Diego Sousa, vice-presidente do Instituto ECCUS e coordenador de Projetos e Metodologias de Ação Ambiental, “a sustentabilidade não faz parte do código genético humano, é algo que se aprende à medida que a gente vai experimentando a vida”. Ela consiste, portanto, em um elemento da cultura, que carece de aprendizagem e que possui efeitos políticos práticos.

“

A sustentabilidade não faz parte do código genético humano, é algo que se aprende à medida que a gente vai experimentando a vida.

Nesse sentido, os projetos desenvolvidos pelo instituto dedicam-se ao compartilhamento dos conhecimentos acumulados acerca da sustentabilidade por meio da “metodologia fractal”, que envolve características da essência das atividades e da eficiência energética em seus resultados. Assim, eles promovem uma ecologia de saberes, ou seja, a combinação de saberes ancestrais e conhecimentos científicos de onde erigem tecnologias sociais (modos de agir em equilíbrio com a natureza) que proporcionam uma atuação transversal.

O instituto vem tocando uma série de projetos, tais como o Próspero Quilombo - Águas do Bonfim, que objetiva garantir a segurança hídrica da comunidade do quilombo Senhor do Bonfim, localizado na cidade de Areia (PB), a partir da captação de água da chuva, do saneamento ecológico, da proteção de nascentes e da recuperação de áreas naturais degradadas (tecnologias sociais); e o projeto Mãe Terra, realizado junto ao povo indígena Tabajara, habitante do litoral sul da Paraíba, que reforça o papel e o protagonismo das mulheres indígenas, conhecidas como "niaras" entre os Tabajaras. Os projetos são desenvolvidos por intermédio de linhas de financiamento de instituições ou de recursos próprios.

Além disso, o Instituto ECCUS realiza consultorias e assessorias sobre sustentabilidade (assessoria técnica agroecológica, assessoria técnica ambiental e promoção da cultura da sustentabilidade), a exemplo de planos de gerenciamento de resíduos sólidos e orgânicos e da gestão de propriedade rural.

Dentre as atividades e ações desenvolvidas está o Projeto ARES (Agroflorestando para Reflorestar com Sustentabilidade), "um presente de Deus", nas palavras de Diego, que surgiu em 2021 a partir da parceria com a Associação Centro Rural de Formação (ACRF) - organização com trabalho de formação e educação

ambiental (a exemplo de recomposição florestal e mudanças produtivas) desenvolvido junto aos produtores e produtoras rurais assentados da região da Várzea Paraibana, com sede no município de Cruz do Espírito Santo.

O projeto ARES conta com recursos oriundos de uma instituição financeira que proporcionou investimentos, via edital, para projetos que tivessem como objetivo o sequestro de carbono a partir da recomposição florestal. O projeto tem a duração de um ano e conta com três objetivos principais: a implementação de um viveiro de mudas, a capacitação de produtores e produtoras rurais em "viveiragem", e a implementação de sistemas agroflorestais (SAF) para garantir a diversificação da produção. As ações sempre se atentem às particularidades de cada propriedade familiar produtiva. Por meio dessas atividades de recomposição florestal e ampliação de espécies, será possível criar pequenas florestas que auxiliem na realização do sequestro de carbono da atmosfera.

O intuito do ARES consiste em gerar capacitação e acompanhamento técnico para que, ao fim do período de 12 meses de execução do projeto, as famílias beneficiadas se apropriem dos conhecimentos transmitidos e - em consonância com os saberes que já possuem - aprimorem

o trabalho realizado em suas unidades produtivas, exercitando a autonomia de cada trabalhador e trabalhadora envolvido e habilitando-os em replicadores dos aprendizados compartilhados.

As atividades acontecem em regimes de mutirões organizados nos finais de semana, em que ocorre a participação efetiva da comunidade. Ali, é promovido um diálogo intergeracional em que as pessoas mais velhas e as mais novas trabalham os mesmos conceitos em prol de uma mesma finalidade: a melhoria da qualidade de vida e da renda por meio da diversificação e aprimoramento da produção. Nos ciclos de mutirões são realizados a construção dos viveiros, o plantio de mudas e a implantação dos sistemas agroflorestais. A equipe do projeto ARES é composta por quatro pessoas que atuam efetivamente; além disso, contam com a adesão de voluntários nas empreitadas comunitárias.

A difusão do projeto ocorre entre cerca de 150 famílias estabelecidas em assentamentos da reforma agrária, são eles: Dona Helena (polo irradiador das ações do projeto), Padre Gino, Rainha dos Anjos, Boa Vista e Ponta de Gramame. O trabalho técnico desenvolvido pelo Instituto ECCUS consiste em contribuir para a diversificação da produção rural, auxiliando na transição das lavouras brancas (milho e arroz, por exemplo) para

Plantio e colheita em agrofloresta

Fonte: Acervo do Instituto

Área de plantio

Fonte: Acervo do Instituto

um modelo de lavoura mais diversa, em que ocorre a combinação de espécies para a garantia de maior renda e da mitigação dos efeitos da sazonalidade. Aliás, o instituto conta com a parceria do coletivo Terra Viva para auxiliar no escoamento da produção rural para feiras livres da cidade de João Pessoa. Dessa maneira, a produção agroecológica de alimentos orgânicos vem se tornado cada vez mais efetiva entre as famílias dos assentamentos que participam do projeto.

Para a construção dos viveiros, a opção escolhida foi a de materiais que possuem maior durabilidade, como estruturas em solo-cimento, canos de PVC e arames galvanizados, prezando pelo uso eficiente dos recursos e economizando na manutenção e na troca desses materiais. A ideia é que, para além do plantio e do sequestro de carbono decorrente da recuperação florestal, as famílias possam utilizar os viveiros como mais uma forma de geração de renda. Elas cultivam e produzem mudas nativas que podem ser desenvolvidas e aplicadas em outros projetos de reflorestamento, a exemplo de empresas obrigadas por lei a realizar a recomposição de áreas de preservação permanente ou a recuperar áreas degradadas, que recorrem a esses viveiros locais para a aquisição de espécies.

O envelhecimento dos produtores e produtoras rurais e a evasão de jovens do campo em direção à cidade - na esperança de melhores condições de trabalho e vida - são desafios no horizonte da equipe do projeto ARES. O trabalho nas lavouras brancas exige uma rotina de esforços físicos diários extenuantes para pessoas idosas, dessa forma, dado o baixo interesse dos jovens em seguir o ofício de seus pais e avós-, a transição produtiva se mostra uma saída econômica de longo prazo (como uma espécie de "aposentadoria") para as pessoas mais velhas, visto que as lavouras diversas demandam menos esforços na lida diária, impactando positivamente na qualidade de vida.

Em face da consolidação da parceria frutífera entre o Instituto ECCUS e a Associação Centro Rural de Formação, as duas entidades se mobilizam para não somente garantir novas edições do projeto ARES, como também na articulação, captação de recursos e execução de novos projetos e iniciativas. Concomitantemente, preservam a relação com as famílias que fizeram parte do ARES no intuito que nem os vínculos tampouco a estrutura e os saberes construídos se percam.

Acessoriamente, no sentido de evidenciar o elo existente entre o campo e a cidade (algo que os habitantes da cidade parecem ignorar), após a execução

"

Nós somos profissionais com essa visão: 'eu quero dar para a sociedade um retorno da função social da minha profissão' e isso vai refletir no bem-estar social que a gente tanto almeja".

dos projetos realizados pelo Instituto ECCUS, é produzido um minidocumentário sobre as atividades desenvolvidas nos territórios rurais, sobretudo acerca da realidade das pessoas do campo que colocam a comida na mesa da cidade. Afinal, se o campo não planta, a cidade não come.

Para o vice-presidente Diego Sousa, tanto o projeto ARES quanto o próprio Instituto ECCUS são a maneira pela qual ele e os demais profissionais envolvidos encontraram de retribuir à sociedade o investimento feito em suas formações ao longo de anos em universidades públicas: “Nós somos profissionais com essa visão: ‘eu quero dar para a sociedade um retorno da função social da minha profissão’ e isso vai refletir no bem-estar social que a gente tanto almeja”, afirma. O campo, a cidade e o meio ambiente agradecem.

Instituto ECCUS
João Pessoa| Paraíba | Brasil

E-mail: institutoeccus@gmail.com
Instagram: @institutoeccus
Facebook: @institutoeccus

10

Associação Ciclo Fraterno: Sangrando Amor (SE)

Em outubro de 2021, o então presidente da República vetou a distribuição gratuita de absorventes femininos para estudantes de baixa renda, mulheres recolhidas em unidades do sistema prisional e pessoas em situação de rua. Naquela data, o Brasil tomou conhecimento de um assunto ignorado por grande parte da população e que, não obstante, atinge muitas mulheres: a pobreza menstrual. O tema dominou o debate na opinião pública e grupos da sociedade civil se mobilizaram, incidindo para que o antigo governo recuasse da decisão meses depois.

No ano anterior, a cidade de Aracaju, em Sergipe, fora acometida por fortes chuvas que causaram graves inundações, deixando centenas de pessoas desabrigadas. O evento causou comoção na cidade, provocando uma onda de mobilização solidária para auxiliar a população

atingida pelos efeitos da chuva. Dentre os pedidos por doações de roupas, agasalhos, cobertores e alimentos, havia um em particular que chamou a atenção de uma das voluntárias, era o de uma mulher que se encontrava menstruada em meio àquela situação calamitosa: constrangida, ela confidenciou que precisava de absorventes.

O relato deste caso sensibilizou um grupo de mulheres engajadas e com experiência em voluntariado, que decidiram se organizar em torno da agenda de superação da pobreza menstrual. Assim, a ocorrência desses fatores - uma enchente assoladora, um caso de vulnerabilidade e um ex-presidente insensível -, combinados ao ímpeto de mulheres em transformar a realidade da saúde menstrual em seu território, estão na origem da institucionalização da Associação Ciclo Fraterno, localizada na capital sergipana.

"Onde há pobreza, há pobreza menstrual", garante a presidente da associação Sophia Filipin, apontando para o fato de o quadro da saúde menstrual refletir os níveis de desigualdade social. Conceitualmente, a pobreza menstrual consiste na falta de estrutura para uma pessoa ter uma menstruação digna durante seu ciclo uterino. Condição que vai desde o acesso a itens básicos de higiene até condições elementares de saneamento.

A ausência desses fatores, aliados à falta de

informações acerca da saúde menstrual e dos serviços de atendimento médico e de acolhimento, implicam diretamente na qualidade de vida das pessoas que menstruam. O mais comum dos problemas gerados por esses aspectos consiste no absenteísmo escolar e laboral, que prejudica as pessoas inseridas nessas condições em dimensões importantes de suas vidas - situação diretamente atrelada às questões de gênero.

O músico Itamar Assumpção escreveu, e sua filha Anelis cantou, que “mulher tem mania de sangrar”. A beleza poética do verso persiste, porém, a roda do mundo girou e corpos outrora invisibilizados vêm paulatinamente ganhando expressão em nossa sociedade, tensionando os entendimentos sobre gênero.
Nesse sentido, por mais que o ato de menstruar esteja atrelado a uma ideia de feminilidade, a realidade impõe que se esteja atento à pluralidade existente e que ela seja vocalizada. Alinhada com o seu tempo, a Associação Ciclo Fraterno atua na perspectiva de que há “pessoas que menstruam”: mulheres cisgênero e homens transgêneros - contemplando em suas ações o recorte de gênero relacionado à comunidade LGBTQIAPN+.

As ideias desenvolvidas pela associação desde sua origem em 2021 desaguaram no projeto Sangrando Amor é por meio dele que grande parte de suas ações são realizadas. A equipe é composta por 15 pessoas -

basicamente mulheres cis - que atuam voluntariamente e são profissionais de diferentes campos do saber, influindo em uma perspectiva multidisciplinar que vai desde a área da saúde, passando pela psicologia, o direito, relações internacionais até o design, a fotografia e o meio ambiente.

No bojo dessas ações, a distribuição de absorventes é apenas a ponta do iceberg do projeto, visto que há um conjunto de atividades que envolve aspectos da educação menstrual, a exemplo da importância de cada mulher (e demais pessoas que menstruam) conhecer seu ciclo menstrual, a média do fluxo de sangramento considerada saudável e as doenças atreladas ao útero, como a endometriose.

De acordo com Sophia, muitas mulheres só começaram a ter uma percepção mais clara sobre saúde e pobreza menstrual após ter contato com o trabalho da associação, identificando em suas realidades situações experimentadas que se enquadravam em uma condição de vulnerabilidade. Segundo ela, isso se deve a um processo de naturalização de situações que não são de forma alguma naturais, como dor excessiva e fluxo muito intenso (falta de acesso a informações); e o valor cobrado pelos produtos menstruais (artigos básicos comercializados como artigos de luxo, tornando-se de

consumo impeditivo). “Quando a gente começou a fazer o trabalho e a divulgar, muitas mulheres trouxeram relatos do que passaram, mulheres que antes não tinham essa noção”, afirma. O Sangrando Amor acontece principalmente nas escolas públicas municipais e estaduais de Aracaju e região metropolitana, promovendo palestras sobre educação menstrual junto às adolescentes. Os rapazes também são convidados a participar, não só em razão de porventura haver garotos transgêneros entre eles, mas sobretudo para que compreendam o que é a menstruação e evitem a prática de *bullying* e outras formas de constrangimentos às pessoas menstruantes durante seu ciclo.

Conforme observa Sophia, “muitas pessoas menstruantes em idade escolar não possuem autonomia para decidir sobre o orçamento familiar, desse modo, muitas vezes ocorre que naquelas famílias de baixa renda a prioridade seja garantir o alimento”, e não sobre espaço no orçamento para a aquisição de absorventes. Como resultado da ausência de recursos para uma menstruação adequada, essas pessoas deixam de ir à escola durante o ciclo menstrual ou são alvos de piadas e chacotas dos colegas por terem menstruado na escola e não disporem de produtos menstruais ao alcance.

Na cidade de Nossa Senhora do Socorro, localizada a menos de 20 quilômetros de Aracaju, a Associação Ciclo Fraterno foi convidada pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), campus Socorro, para uma parceria em um projeto de ação educativa. As voluntárias da associação fizeram um trabalho prévio de mapeamento das escolas do município e de arrecadação de produtos menstruais a serem distribuídos para as pessoas menstruantes da rede de ensino da cidade. Além disso, adicionaram ao conteúdo das palestras que vinham realizando temas como sustentabilidade e violência doméstica, ampliando o debate sobre gênero - visto que Nossa Senhora do Socorro é a cidade do estado com o maior número de casos de violência doméstica e familiar.

Em cada uma das 16 unidades educacionais do município foram distribuídos absorventes descartáveis e suportes feitos de material reciclado para o armazenamento e retirada dos produtos (também conhecidos por *dispensers*). Os absorventes e os suportes foram instalados nos banheiros para que as garotas e pessoas menstruantes pudessem ter a segurança de acesso aos produtos na própria escola em caso de emergência.

O projeto deu tão certo que foi estendido para o campus do IFS localizado na cidade de Estância. A Associação Ciclo Fraterno, através do projeto Sangrando

“

Muitas pessoas menstruantes em idade escolar não possuem autonomia para decidir sobre o orçamento familiar, desse modo, muitas vezes ocorre que naquelas famílias de baixa renda a prioridade seja garantir o alimento.

Amor, executou até então 26 palestras que envolveram 2.223 estudantes e distribuiu 11.298 unidades de absorventes descartáveis, além de 26 suportes. O trabalho continua a se desdobrar, atualmente, através do Maloca Fraterna que acontece na Maloca, um quilombo urbano localizado no centro de Aracaju. Graças ao projeto Sangrando Amor, a Associação Ciclo Fraterno foi contemplada com o Selo ODS 2022, concedido pelo Movimento Nacional Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Sergipe.

Desde logo, a sustentabilidade aparece como um eixo central para a associação. Além dos absorventes descartáveis convencionais, produtos ecológicos de maior durabilidade e menor impacto ambiental são apresentados às pessoas menstruantes que têm contato com o projeto Sangrando Amor, tais como absorventes de pano, coletores e calcinhas menstruais. O objetivo é apresentar essas modalidades e desconstruir os mitos e tabus em torno de seu uso.

Para as pessoas que possuem condições satisfatórias de acesso à água e recursos financeiros, é incentivado o uso dessas modalidades, visto que necessitam de lavagem após o uso e têm um custo mais elevado em relação aos produtos descartáveis. Nesse sentido, há estímulos por parte da associação para angariar doações de produtos

ecológicos que possam ser distribuídos àquelas pessoas que não possuem condições de adquiri-los.

Acerca das doações, a associação conta com espaços parceiros que funcionam como pontos de doação e coleta de produtos menstruais (descartáveis e ecológicos) ao longo da cidade, a exemplo de casas de terapias integrativas e clínicas de atendimento psicológico. A maioria dos doadores é composta por pessoas físicas, como é o caso do professor Chico: tendo dado aulas de biologia por muitos anos nas escolas públicas de Aracaju, o professor (hoje aposentado) testemunhou muitas vezes o estado de pobreza menstrual de suas alunas e, por força disso, se tornou em um doador recorrente e entusiasta do projeto Sangrando Amor.

Em março de 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual, prevendo a distribuição gratuita, via Sistema Único de Saúde (SUS), de absorventes para pessoas menstruantes em situação de vulnerabilidade. Por conta desta nova política pública, a presidente Sophia foi questionada por algumas pessoas acerca da continuidade da Associação Ciclo Fraterno, pois supunham que não haveria mais razão dela existir. Para Sophia, aquela foi uma conquista que precisava ser celebrada e que, a partir de então, carece

de acompanhamento e fiscalização para ser efetivamente aplicada, algo que a associação está disposta a encarar.

Dessa forma, para além do projeto de educação menstrual Sangrando Amor, a associação vem se articulando para incidir em outras frentes de trabalho, como no levantamento de dados sobre a pobreza menstrual no estado de Sergipe e através de *advocacy* (instrumento de influência na formação de políticas públicas e alocação de recursos), identificando e monitorando as políticas de saúde menstrual que estão sendo discutidas e desenvolvidas em níveis municipal e estadual.

Em um esforço que aponta nessa direção, a associação elaborou um guia de saúde menstrual com base nas dúvidas mais frequentes levantadas pelas alunas e alunos durante a realização das palestras do projeto Sangrando Amor nas escolas. Ao que tudo indica, às mulheres da Associação Ciclo Fraterno não falta ânimo para o enfrentamento dos velhos e novos desafios que envolvem a dignidade menstrual e as questões de gênero.

↑

Evento realizado pela Associação

Fonte: Igor Azevedo.

←

Apresentação realizada pela Associação

Fonte: Igor Azevedo.

Associação Ciclo Fraterno
Aracaju | Sergipe | Brasil

E-mail: ciclofraterno@gmail.com
Instagram: @ciclofraterno
Facebook: @ciclofraterno
TikTok: @ciclofraterno

Conselho Diretor Gestão 2022-2024

Diretoria Executiva:
Aldalice Otterloo
Carlos Magno Morais
Cibele Kuss
Débora Rodrigues
Henrique Frota
Juliane Cintra
Keila Simpson

Representantes Estaduais

Abong Bahia/Sergipe
Camila Veiga
Edmundo Kroger
Mônica Menezes

Abong Ceará
Lucia Albuquerque
Nairóbi De Souza

Abong Minas Gerais
Célia Gonçalves Souza
Carlos Nagib Monteiro

Abong Pará
Gilvan Ferreira
Maria Raimunda dos Santos

Abong Pernambuco
Wladimir Reis
Nivete Azevedo

Abong Rio De Janeiro
Carla de Carvalho
José Carlos Dionizio

Abong Região Sul
Daniela Tolfo
Cris Bruel dos Santos
Cristiane Katzer
Bianca Tribéss

Abong São Paulo
Luanda Teixeira
Jéssica Ferreira
Kátia Maia

CONSELHO DE ÉTICA
Maria José Rosado
Regina Adami
Romi Bencke
Sônia Mota

CONSELHO FISCAL
Marcos da Silva
Maria Paula Patrone

ESCRITÓRIO NACIONAL

COORDENAÇÃO GERAL
Franklin Felix

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Adriana Torreão
Wanderson Borges

PROJETOS E INCIDÊNCIA:
Graciela Guillen

INCIDÊNCIA INTERNACIONAL
Pedro Paulo Bocca
Sara Branco

COMUNICAÇÃO
Patrícia França
Diogo Oliveira

ARTICULAÇÃO
Jhonatan Souto

JURÍDICO
Kaique Brito Gomes

CRÉDITOS

ENTREVISTAS E TEXTOS:
Alex Pegna Hercog

PROJETO GRÁFICO:
Alessandra S. O. Proença

CAPA E EDITORAÇÃO:
Caio Sertório

REVISÃO:
Janaína Uemura

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Diogo Oliveira
Jhonatan Souto
Patricia França

COLABORAÇÃO EDITORIAL:
Graciela Medina

REALIZAÇÃO:
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong

APOIO:
Pão Para o Mundo

Tipologia Charter ITC
Acumin Pro

Formato 16 x 16cm

Papel Pólen Soft 80g/m

Impressão eacabamento Max Editora

A cartilha “Nossos Saberes: práticas para transformar o mundo” reúne dez práticas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais pelo Brasil que apontam caminhos para a construção de uma outra sociedade. Diante de um modelo exploratório que vem destruindo nosso planeta e a vida dos povos, experiências comunitárias comprovam que há alternativas, vividas a partir de outros paradigmas. São alternativas que têm como pilares os nossos saberes, que falam a partir da solidariedade, da cooperação e do cuidado, que circulam pela promoção da vida com dignidade para todas as pessoas e em respeito à natureza.

Boa leitura!

Abong

Brot für die Welt

ISBN 978-65-993379-3-2